



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 005****SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>                  | <b>02</b> |
| <b>Presenças .....</b>                       | <b>02</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b>              | <b>02</b> |
| <b>Expediente:</b>                           |           |
| Memorando .....                              | 03        |
| Indicações .....                             | 03        |
| Requerimentos .....                          | 03        |
| Projetos de Lei .....                        | 08        |
| <b>Pequeno Expediente:</b>                   |           |
| Dep. Barbosa Neto .....                      | 12        |
| Dep. André Vargas .....                      | 13        |
| Dep. Marcos Isfer .....                      | 14        |
| Dep. Elza Correia.....                       | 14        |
| Dep. José Domingos Scarpellini....           | 15        |
| Dep. Elton Carlos Welter .....               | 16        |
| <b>Grande Expediente:</b>                    |           |
| Dep. Rafael Greca.....                       | 16        |
| <b>Horário das Lideranças:</b>               |           |
| Liderança do Bloco PP/PSB                    |           |
| Dep. José Domingos Scarpellini               | 19        |
| Liderança do Bloco PTB/PL/PMR                |           |
| Dep. Jocelito Canto .....                    | 20        |
| Liderança do PDT                             |           |
| Dep. Barbosa Neto .....                      | 21        |
| Liderança do PFL                             |           |
| Dep. Plauto Miró Guimarães ....              | 22        |
| Liderança do PT                              |           |
| Dep. Tadeu Veneri .....                      | 23        |
| Liderança do PMDB                            |           |
| Dep. Dobrandino da Silva .....               | 25        |
| Liderança da Oposição                        |           |
| Dep. André Vargas .....                      | 28        |
| <b>Ordem do Dia:</b>                         |           |
| Leitura do Expediente .....                  | 29        |
| Discussão / Votação:                         |           |
| 1ª Discussão .....                           | 30        |
| Requerimentos .....                          | 32        |
| <b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b> | <b>35</b> |
| <b>Publicações:</b>                          |           |
| Diretoria de Apoio Técnico                   |           |
| Termo Aditivo de Contrato.....               | 35        |

**001ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE FEVEREIRO DE 2006**

(terça-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Natálio Stica e Renato Gaúcho (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Memorando**

## MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 115/2005, de autoria do nobre Deputado Elton Welter, que inclui o artigo 226A, na Constituição do Estado, objetivando promover o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas, por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**Indicação**

## INDICAÇÃO

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado André Vargas para compor a Comissão Especial que irá analisar a indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) TADEU VENERI

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 781/2005, que trata da concessão de título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Jonel Chede.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, aprovação para que o Projeto de Lei nº 426/2005, seja recolocado em pauta para votação.

O referido projeto tem como objeto alterar o parágrafo único do artigo 17 da Lei nº 11.713/1997 = Projeto de Ensino.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

## REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais as adiante nominadas, Deputadas com assento nesta Casa de Leis, REQUEM à Mesa a reserva do horário do Pequeno e do Grande Expediente dia 06 de março às comemorações do Dia Internacional da Mulher, quando serão homenageadas mulheres que fizeram e fazem a história do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(aa) ARLETE CARAMÊS, LUCIANA  
RAFAGNIN, ELZA CORREIA e CIDA  
BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação para usar no Grande Expediente do dia 07.03.2006, trinta minutos para explanações acerca da Campanha da Fraternidade deste ano.

A Campanha tem como tema: “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e como lema: “Levanta-te, vem para o meio. (Mc 3,3)”.

O explanador será o Pe. Ricardo Hoepferf, coordenador da Campanha na Arquidiocese de Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni e Elton Carlos Welter

## REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 24 de março próximo, a ser realizada no Teatro Municipal Ludovico Riedi, às 19 horas, no município de Palotina, para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang, Presidente da C. Vale.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUER, a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia Estadual da Comunidade Polonesa, no dia 02 de maio de 2006, no plenário desta Casa de Leis.

Vem requerer, também, a libertação para a utilização do Espaço Cultural, para essa mesma comemoração.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a formação de uma Comissão Especial para participar da reunião, dia 23 de fevereiro, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, composta por cinco Deputados.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, justificar sua ausência na Sessão Plenária do dia 22 de fevereiro de 2006, pois estará presente na reunião do Conselho de Interação Universidade/Sociedade, a ser realizada no dia 21 de fevereiro às 19h, na Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, na condição de conselheiro.

A pauta da reunião será o relato do ocorrido no dia 12/02/2006, no prédio do Anfiteatro do CESA e apresentação dos resultados da 1ª etapa do Projeto Entorno da UEL, tendo continuidade dos trabalhos no decorrer do dia 22 de fevereiro de 2006, onde realizará visitas ao campus na qualidade de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, desta Casa de Leis.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam tomadas as providências internas necessárias para a realização do evento.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER autorização para ausentar-se desta Casa de Leis no dia 22/02/2006, para participar da inauguração da nova sede da Cooperativa de Artesãos no município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Estela Rizzo Keppe, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

Os familiares receberam ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Silvério da Silva, morador do município de Assaí, ocorrido no dia 07/02/2006.

Solicito comunicar à família na Agência Comunitária Pau D'Alho do Sul - CEP: 86.224-000 - Assaí (At. Nilson de Deus da Silva).

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada no município de Assaí.

Natural de Itajubá, no Estado de Minas Gerais, radicado em Assaí desde 1955, especificamente na Seção Pau D'Alho, atualmente Distrito Pau D'Alho do Sul, onde foi agricultor, profissão que aprendeu ainda na infância, com os pais.

Em 1976 foi eleito Vereador e durante sua gestão lutou por melhorias nos serviços de segurança. Na área da educação lutou pela melhoria das condições de ensino, defendeu a construção de mais salas de aula e construção da cantina escolar, reivindicou a implantação da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e a conclusão da quadra polivalente.

Como líder da comunidade católica local, foi presidente da Comissão da Capela Nossa Senhora de Fátima e auxiliou também na construção do barracão da Igreja.

Como agricultor e profundo conhecedor das questões do campo, sempre defendeu uma significativa mudança da ótica do Governo Federal para agricultura, dando ao setor um tratamento diferenciado, com sistemas de financiamentos acessíveis, tornando possível o investimento nessa área, a fim de torná-la rentável e competitiva.

Incentivou a formação de associações de produtores, consórcios e outras formas conjuntas para obtenção de armazenagens e silos comunitários. Defendeu uma política de manutenção de organismos dedicados à pesquisas agrícola e maior investimento no setor, bem como, a diversificação de cultura.

Considerava importante dar assistência ao pequeno produtor, com distribuição de sementes, calcário, auxílio em horas/máquinas e implementos, conservação permanente e melhoria do complexo viário a propiciar o escoamento das safras e permitir maior segurança à população das comunidades interioranas em suas necessidades de deslocamentos.

Conseguiu a reabertura de estradas, construção de açudes para o gado e represas. Doou o terreno para a construção do posto de saúde e foi responsável pela instalação do posto telefônico no distrito.

No seu segundo mandato, em 1993/96, o Vereador José Silvério salientava que era necessária uma administração que governasse também para as comunidades que estavam distantes da cidade, fazendo um esforço para atender esses aglomerados populacionais nos serviços básicos de que necessitavam, promovendo maior integração do município e exigindo um pouco mais daqueles que são os responsáveis pelo desenvolvimento da comunidade. Defendeu a implantação de uma subprefeitura no Distrito Pau D'Alho do Sul, para melhor atender aos moradores locais.

Homem simples, porém, de elevada consciência comunitária, em todos os momentos estava à disposição dos moradores de Pau D'Alho do Sul e quem mais necessitasse da sua ajuda. Faleceu aos 78 anos, deixando como legado a simplicidade e a disposição de servir ao próximo.

#### REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 27 de janeiro, do Sr. Benlindo José Ferreira, no município de São José dos Pinhais.

O Sr. Benlindo José Ferreira, 63 anos, nasceu em 16 de dezembro de 1942, era o filho mais velho de uma família de treze irmãos.

Aos doze anos de idade perdeu seu pai, tendo que assumir a responsabilidade de ajudar os irmãos. Trabalhou na lavoura, foi ajudante de mercado e motorista. Sua principal atividade era servir ao próximo, principalmente os mais humildes.

Benlindo tinha grande conceito na região onde prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, participação e convívio. Deixa viúva Maria de Lourdes Rocha Ferreira e quatro filhos: Silvana Beatriz Ferreira, Claudino, Édison Dinis Ferreira, Dalton José Ferreira e Diogo Claudino Ferreira e três netos: Galtiere, Gabriele e Camili.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixou muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Prefeito João Nester, 425 - Cidade Jardim - São José dos Pinhais - CEP: 83.035-160.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gustavo Horst, proprietário do Jornal da Manhã e do Hotel São Marcos, de Ponta Grossa, ocorrido no dia 19 de fevereiro último.

Requerem ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Hotel São Marcos - Rua Coronel Francisco Ribas, 53 - Centro - CEP: 84.010-260 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, ao Sr. Adão Aristeu Ceniz, Prefeito Municipal de Rancho Alegre do Oeste, pela sua eleição para a Presidência da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Comcam.

Que esses votos sejam extensivos aos seus companheiros de Diretoria, almejando pleno sucesso nessa gestão.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, inserção nos Anais desta Casa de Leis, de voto de congratulações à Coopavel Cooperativa Agroindustrial, pela realização do evento denominado Show Rural Coopavel/2006, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Dilvo Grolli.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Show Rural Coopavel, é o acontecimento mais importante do calendário agrícola anual do Estado do Paraná, por sua singularidade e características, que são difundir, diretamente ao produtor rural, as principais recomendações técnicas para as culturas de verão através de demonstrações concretas no campo. É uma escola a céu aberto. A aprendizagem é visual, de forte convencimento.

Evento este que reúne 281 expositores; 180 mil visitantes, do Brasil e do exterior; 5 mil parcelas experimentais e demonstrativas; 3,5 mil profissionais do setor agropecuário, além de representantes de todos os centros de pesquisa do Brasil, reunidos, numa mostra de tecnolo-

gia de ponta, que visa demonstrar a produtividade e o bem-estar econômico e social ao homem do campo.

#### REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vinicius T. Costa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Elpídio Gonçalves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Vicente Fermino.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Silvano Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Benedito Gonçalves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sebastião Otacílio da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Michel Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Egídio Alexandre.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Funfas Neto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Adyr Ferreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal Geraldo de Lima e Leonildes Banhos (Representantes Comerciais), pelos excelentes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje a aprovação e o envio de menção honrosa à Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, pela implantação do Projeto Educacional "Educomunicação".

Tal projeto que tem como princípio a leitura crítica da mídia. Foi desenvolvido e é coordenado pelo Assessor de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, Tiago

Sílvio Dedoné, possuindo total apoio e incentivo do Prefeito Municipal, José Fernandes da Silva.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos homenageados no endereço: Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Rua Dino Veiga, nº 298, Centro, Bandeirantes - Paraná-Brasil - (0\*\*43-3524-4525), CEP: 86.360-000.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nestas Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando dos mesmos um aparelho de eletrocardiograma para o atendimento de emergência da unidade hospitalar de Presidente Castelo Branco.

Conforme solicitação da Secretaria de Saúde do referido município, é importante o eletrocardiograma para evitar o deslocamento dos doentes para outros municípios, cumprindo o atendimento básico à saúde no próprio município.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente, ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando uma especial atenção à segurança da população de Maringá, considerando alguns aspectos importantes ocorridos recentemente naquela cidade, como por exemplo:

- 16 detentos fugiram da Cadeia Pública de Sarandi, em função da superlotação (116 presos) da cadeia daquela município, o que deixou preocupados os seus moradores, pois os mesmos ligaram para emissora de rádio ironizando a segurança do Município;

- esta foi a oitava fuga dessa cadeia em apenas doze meses;

- um soldado - Walter Aparecido Zanão - foi executado com três tiros de revólver, na última segunda-feira, dia 13, e até agora nem sinal dos assassinos;

- Maringá registra, apenas neste início de ano, onze assassinatos, dos quais quatro deles estão sem solução.

Desta forma, reforçando o pedido já feito por este Parlamentar no ano passado, Maringá e região estão carecendo urgente de uma ação mais convincente da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) LUIZ NISHIMORI

**REQUERIMENTO Nº 145**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências para as denúncias que seguem em anexo.

Anexo 1: e-mail Sr. Valdir Rossi (rede-verde@wnet.com.br).

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(aa) BARBOSA NETO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 146**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência da Sra. Rosângela Aparecida da Silva, solicitando uma análise do anexo e uma posição em relação ao assunto exposto, caso as sugestões possam ser acatadas.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 140**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado pelo Paraná que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que dirija ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e ao Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, o seguinte pedido de informações:

I - que ações estão sendo providenciadas para resguardar a baía de Guaratuba, que sofre com a pesca profissional predatória e a evidente degradação provocada pelo derramamento de esgoto em suas águas, conforme informações recebidas do engenheiro e Dr. Milton Borsato, conforme e-mail anexo.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

A bela baía de Guaratuba é composta por dezesseis rios, quatorze que nascem na serra, inúmeras ilhas, mangues e vegetação típica formando uma das paisagens mais bonitas do Estado.

É a segunda maior ao Paraná, com 48,72 km de extensão, e por ela é feito o acesso entre Matinhos e Guaratuba, pela travessia com o Ferry-Boat.

A baía de Guaratuba é própria para passeios de barco, pesca e esportes náuticos. Rica em fauna e flora, é hoje uma área de proteção ambiental. Era pela baía, o único acesso que a comunidade dispunha para chegar à "Vila", no começo de nossa colonização. Na área ocorre uma agricultura intensiva através do cultivo de banana com alta tecnologia de produção.

Salto do Parati - ao fundo da baía da Guaratuba, ao pé da Serra do Mar, está o Salto do Parati. Local de beleza rara, dentro da Mata Atlântica.

Cabaraquara - é um dos lugares onde se encontra a natureza em sua mais completa exuberância. Mata Atlântica, rios, mangues, montanhas, cachoeiras, e uma comunidade receptiva, que oferece várias opções de lazer. Trilhas, passeios de barco, astesanato nativo e principalmente degustação de ostras, cultivadas e servidas no local.

Lagoa do Parado - localizada às margens do Rio Cubatãozinho, tem cerca de 15 km e abundância de peixes e caxeta - madeira leve usada para fazer tamancos, colheres de pau e lápis.

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI Nº 035/2006**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Assistencial Bezerra de Menezes, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Casa Assistencial Bezerra de Menezes foi fundada em 04 de julho de 1988.

Conforme se observa do Relatório de Atividades da referida entidade, são atendidas 23 famílias com membros portadores de vírus HIV, num total aproximado de 109 pessoas. Essas famílias recebem mensalmente cestas básicas, ajuda para compra de remédios, gás de cozinha, pagamentos de água, energia elétrica e até aluguel, quando é essencial para a sobrevivência dessas pessoas.

Estão desenvolvendo terapias ocupacionais para os assistidos e para quem se interessar. Estão também implantando farmácia de manipulação de fitoterápicos e remédios homeopáticos.

Trata-se de serviço social de alta relevância o desenvolvido pela Casa Assistencial Bezerra de Menezes, justificando, portanto, a concessão do título de Utilidade Pública Estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 036/2006**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam as instituições bancárias obrigadas a instalar, em suas agências e postos de atendimento ao público: tapumes, biombos ou estruturas similares; loca-



lizados de forma a impedir a visualização, pelos demais clientes, das operações financeiras realizadas pelos clientes que estão nos caixas de atendimento pessoal, situados no interior das agências e postos, isolando-os e preservando a intimidade e a segurança desses clientes, após terem realizado suas operações bancárias.

Art. 2º para o cumprimento do disposto nesta lei, a instalação dos biombos, tapumes ou estruturas similares deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei, sob pena de multa diária de 50 (cinquenta) UFIR'S por agência bancária ou posto de atendimento em que não houver sido instalado o equipamento, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente deve-se dizer que, segurança é uma das obrigações do Estado como um todo, abrangendo todos os componentes da Federação. Portanto, cabe a cada Estado da Federação proteger e coibir quaisquer formas de violência que possam atentar contra a vida ou patrimônio da população em geral.

Assim, tal projeto justifica-se em termos de segurança pública devido aos vários casos já relatados a este Parlamentar e pela imprensa em geral, envolvendo cidadãos que vão aos bancos realizar operações usuais de pagamentos, saques, transferências, depósitos, etc; que têm sido alvos freqüentes de quadrilhas de estelionatários, ladrões e seqüestradores, que se utilizando dos chamados "olheiros" dentro das instituições bancárias, verificam quais serão os seus alvos, que desavisadamente são abordados fora das agências, após saírem ou ainda, antes de entrarem rotineiramente naqueles estabelecimentos, quando são alvos de tais elementos.

Portanto, ao se instalarem tapumes, biombos ou outras estruturas semelhantes, separando as operações realizadas por clientes nos caixas, dos demais clientes, estaremos impedindo que tais quadrilhas organizadas obtenham informações sobre quais pessoas estão realizando operações envolvendo dinheiro, bem como dos hábitos dessas e dos montantes que carregam, prevenindo e coibindo com esta medida simples, a ocorrência ainda maior de delitos com as características citadas, aumentando, desta forma, a segurança da população ao saírem dos bancos e dos postos de atendimento bancário.

PROJETO DE LEI Nº 037/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná obrigado a destinar para o Fundo Estadual de Cultura, recursos do orçamento

próprio estadual equivalente a 1.5% (um e meio por cento) da cota parte estadual do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Parágrafo Único. Os valores a que se refere o *caput* do artigo, serão utilizados exclusivamente em atividades de difusão cultural, excluídas as despesas com pessoal administrativo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Na forma do artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná, atualizada em 2001, a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualização humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa. Ainda no Capítulo II da Educação, da Cultura e do Desporto, a Seção II da Cultura, o artigo 196 da mesma Constituição descreve *O orçamento estadual destinará recursos compatíveis com o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas.*

O Brasil, ao longo de sua história, nem sempre deu à nossa produção cultural o seu valor.

Em razão de um aparente histórico de descaso com a cultura pátria, esta não tem encontrado, politicamente, espaço e mecanismo para o fomento e a preservação destas riquezas humanas, através das manifestações genuinamente brasileiras e paranaenses.

Um exemplo da insuficiência de recursos para produção e difusão cultural é o valor que o orçamento do Estado historicamente destina à Pasta da Cultura, valores muito abaixo de 1% (um por cento) do valor total do orçamento do Estado.

Esses valores são gastos, em sua quase totalidade, na administração da Secretaria de Estado da Cultura e órgãos vinculados.

As ações diretas que poderiam viabilizar, não apenas a continuidade das ações e manifestações artísticas já existentes em todos os setores da área, mas as ações que promovam o reconhecimento, a manutenção e a transversalidade desta diversidade cultural, ínfimos valores são destinados.

Uma dotação orçamentária mínima para o setor seria o equivalente a 1,5% da cota-parte estadual do ICMS para o fim específico previsto no corpo da lei, ou seja, além dos valores já destinados à Secretaria Estadual da Cultura.

Releva destacar que não se está vinculando o imposto em si, mas apenas o tomando como referência para fixação do percentual.

Ressalta-se que esses valores não seriam usados para custear despesas administrativas e outras estruturas de comunicação vinculadas à Secretaria Estadual de Cultura.

Desta forma, historicamente, estaremos contribuindo para a verdadeira identidade do Paraná, bem como na possível criação de uma indústria socialmente inclusiva.

Projeto com conteúdo semelhante foi apresentado em 2005. A proposição foi retida pela CCJ sob o argumento de que não poderia haver vinculação de imposto.

O presente projeto está reformulado e não o vincula o ICMS, mas apenas o toma como referência para definir o montante.

Com a nova redação o projeto cumpre integralmente o disposto na Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Lei Complementar 101/2000 e Legislação referente aos tributos estaduais.

Essas são as razões.

#### PROJETO DE LEI Nº 038/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado a Bolsa Estudo a todos os Policiais Civis e Militares do Estado do Paraná, que estiverem cursando o nível superior, devidamente comprovado junto aos Recursos Humanos.

§ 1º O auxílio a Bolsa Estudo será no valor de um Salário-Mínimo.

§ 2º O Policial terá um prazo de cinco anos para se formar, não podendo ficar em dependência de matérias, senão perderá o auxílio ao Bolsa Estudo.

§ 3º Para renovação da Bolsa Estudo, o Policial deverá apresentar junto ao Recursos Humanos, a matrícula ou a matrícula.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando, que os policiais civis e militares têm interesse de cursar uma Faculdade e não possuem condições financeiras, em virtude do valor das prestações que são muito altas, deixam de dar continuidade aos estudos, vindo a parar com os estudos no 2º Grau.

Com esta lei em vigor, será dada oportunidade àqueles que vierem a fazer uma faculdade para melhorar seus conhecimentos, também para empregar esses conhecimentos em seus trabalhos policiais.

Esta lei será de grande valia para os policiais, ao Estado e à população em geral.

#### PROJETO DE LEI Nº 039/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Todos os veículos sinistrados que as Seguradoras derem como Perda Total (PT), os mesmos só

poderão ser vendidos nos leilões, com as dívidas baixadas no Detran, e a numeração de seu chassi removida.

Parágrafo Único. Fica proibida a comercialização de qualquer tipo de veículo automotor, dado pela Seguradora como Perda Total (PT) sem a devida baixa no Detran.

Art. 2º Somente poderão ser vendidos os veículos que a seguradora recuperar de furtos e roubos, quando os mesmos não estiverem sinistrados com Perda Total (PT).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que os veículos dados como Perda Total pelas Seguradoras são encaminhados aos leilões onde são arrematados e recuperados, os quais as Seguradoras não fazem mais seguro do mesmo, em virtude da Perda Total.

Com isso, os ladrões de carro compram esses veículos, furtam outro do mesmo modelo e usam o chassi do sinistrado no furtado.

Por isso esta lei vem coibir esta prática de furtos, onde todas as Seguradoras, antes de colocarem esses veículos em leilão, deverão dar baixa dos mesmos junto ao Detran de origem.

Os veículos que poderão ser colocados em leilão, são aqueles recuperados por furto ou roubo quando não forem dados como Perda Total.

#### PROJETO DE LEI Nº 040/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A Gratificação de Localidade Especial dar-se-á ao Policial Civil que prestar serviços em Delegacias de Polícia de localidades situadas em regiões inóspitas de fronteira e áreas de risco, com condições precárias de vida, pela insalubridade e difícil acesso.

§ 1º A Gratificação ficará a cargo do Delegado Geral, que estabelecerá as localidades que farão jus à gratificação que se refere o Artigo 1º.

§ 2º O direito à percepção de Gratificação de Localidade Especial começa no dia da chegada do Policial Civil à localidade especial e termina na data da sua partida.

§ 3º Mantém-se o direito do Policial Civil, a gratificação de localidade especial, nos seus afastamentos da sua organização, por motivos de serviço, de férias, nojo, gala, dispensa de serviço ou quando hospitalizado por motivo de acidente em trabalho ou de moléstia adquirida em consequência de inospitalidade da região.

§ 4º A Gratificação de Localidade Especial, será de 20% a 40% do valor do salário base, a qual será estipu-

lada pelo Sr. Delegado Geral da Polícia Civil, que comunicará o setor de Recursos Humanos para implantar na folha de pagamento.

§ 5º O Policial Civil, que estiver enquadrado no Artigo 1º desta lei, fará um requerimento ao Sr. Delegado Geral da Polícia Civil, solicitando a gratificação de localidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Considerando os baixos salários dos policiais civis, e quando os mesmos são designados para certas delegacias situadas em regiões inóspitas pelas condições precárias de vida, onde o Policial Civil muitas vezes tem que deixar a sua família em outro município, pois tem seus filhos na escola, fazendo o segundo grau ou faculdade, em virtude de que na cidade que foi designado para trabalhar não possui segundo grau e nem faculdade, com isso o custo de vida duplica, pois o Policial Civil na cidade em que trabalha vai ter que arcar com as despesas de hotel, comida, roupas lavadas, e ainda mandar dinheiro para custear as despesas de sua família.

A referida gratificação vem, com seu intuito, restabelecer o poder aquisitivo desses policiais, onde o município não ofereça condições de vida, situados em regiões inóspitas, onde corre risco de vida, insalubridade.

A gratificação será estipulada pelo Sr. Delegado Geral quando o Policial Civil fizer a solicitação ao mesmo, através de requerimento, sempre observado o artigo 1º desta lei.

Outrossim, já a Polícia Militar do Estado do Paraná vem recebendo esta gratificação, através do Decreto Lei 4989/82.

PROJETO DE LEI Nº 041/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Educação, incluir no currículo escolar do ensino médio e superior do Estado do Paraná, a matéria básica Dependência Química e outros transtornos compulsivos com efeitos biopsicossociais.

Art. 2º A matéria a que se refere esta lei, subordinar-se-á ao Conselho Estadual de Educação, onde terá carga horária de 2 horas mensais, sendo que o corpo docente para execução deste trabalho será especialista em dependência química e prevenção nas partes teóricas e dinâmicas de grupo.

Art. 3º Os professores, e psicopedagogos que ministrarão esta matéria terão que fazer um treinamento

específico em dependência química, pois sendo uma patologia diferenciada, requer obrigatoriamente conhecimentos especiais da mesma.

Art. 4º As despesas decorrentes à execução desta lei serão, através da retenção de um percentual estipulado pela Secretaria da Educação em ICMS, de bebidas e cigarros.

Art. 5º As disposições desta lei integrarão o planejamento educacional e pedagógico do Estado do Paraná.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste projeto é fornecer ao Estado, dados estatísticos sobre esse problema que atinge todas as idades sem exclusão de classes.

A questão do consumo de drogas entre crianças e adolescentes assume proporções cada vez mais alarmantes, caracterizando-se como uma verdadeira epidemia, principalmente nas periferias das grandes e médias cidades.

Levantamento feito por institutos de pesquisas e por especialistas apontam que o consumo de drogas já ultrapassou as fronteiras geográficas, econômicas e sociais, estando diretamente relacionado ao aumento de atos infracionais análogos aos crimes cometidos por crianças e jovens, bem como pelo agenciamento de menores pelo crime organizado e a prostituição infantil.

Entretanto, os dados sobre o consumo de drogas entre crianças e adolescentes mostram que a questão ainda é vista apenas do ponto de vista do delito, refletindo uma cultura que continua a encarar a droga como um problema de polícia, a ser reprimido, e não de saúde pública e especificamente de saúde mental, a ser tratado.

Esta projeto de lei elaborado em conjunto com a Clínica de Recuperação Nova Esperança, através dos colaboradores Dr. Celso Maçaneiro, psicólogo e coordenador da clínica, juntamente com a Sra. Angelita A. C. Dias, estudante de Psicologia.

PROJETO DE LEI Nº 042/2006

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de doença celíaca.

Art. 2º A alimentação especial, a ser fornecida a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, será a deter-

minada através de receituário médico e de nutricionista da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º O preparo da alimentação especial deverá ser realizado de forma a se evitar a contaminação desta com glúten.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Educação deverá informar a todas as escolas de sua rede, em conformidade com orientações médicas e nutricionais, a forma do preparo da merenda especial assim como a forma de evitar a contaminação com o glúten.

Art. 4º No início do ano letivo cada escola, por meio do seu corpo docente, deverá informar os alunos sobre a doença celíaca, seus sintomas, a forma de tratamento e a existência de merenda própria para seus portadores.

Art. 5º Até o terceiro mês após o início do ano letivo cada escola deverá encaminhar à Secretaria de Estado da Educação listagem com o número de alunos que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade da alimentação especial a ser fornecida.

Parágrafo Único. Não havendo dados quantitativos sobre alunos portadores da doença celíaca, utilizar-se-á como critério para se determinar a quantidade da alimentação a ser fornecida a porcentagem de incidência da doença, conforme dados do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2006.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Doença celíaca é a dificuldade do organismo em absorver os nutrientes dos alimentos, vitaminas, sais minerais e água, causada pela intolerância ao glúten, uma proteína encontrada no trigo, aveia, cevada, centeio e seus derivados, como massas, pizzas, bolos, pães, biscoitos, cerveja e alguns doces.

A doença não tem cura e seu tratamento constitui numa dieta totalmente isenta de glúten. Quando a proteína é excluída da dieta, os sintomas da doença desaparecem. Segundo informações da Acelpar - Associação dos Celíacos do Paraná, em média, uma a cada 250 pessoas possui a doença.

Tendo em vista a importância da merenda escolar, principalmente para alunos de baixa renda, é essencial que haja uma alimentação diferenciada e isenta de glúten para que os alunos celíacos possam se alimentar sem sofrer as consequências da doença.

O presente projeto tem por objetivo tornar obrigatório que todas as escolas da Rede Estadual de Ensino utilizem alimentação especial na merenda escolar adaptada às necessidades das crianças e jovens portadores de doença celíaca, proporcionando, desta forma, uma melhor condição de vida para esses alunos.

Ressalte-se que projeto semelhante já foi apresentado em vários Estados, tendo tido grande aceitação.

Assim, considerando a importância e o alcance social do projeto, gostaria de contar com os colegas desta Casa na aprovação do presente.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje, para deixar registrado aquilo que já havíamos abordado no ano passado, demonstrando a nossa preocupação em relação às ambulâncias distribuídas aos vários municípios do Estado do Paraná, com um critério de apadrinhamento político. Lamentavelmente, aquilo que nós já prevíamos lá atrás vem acontecendo: o número excessivo de ambulâncias cruzando as nossas rodovias, nos últimos seis meses, já provocou pelo menos quatro acidentes, que se tem registro, com cinco vítimas fatais, infelizmente.

Gostaríamos de frisar que não somos contra as ambulâncias, mas contra os critérios políticos eleitoreiros na sua distribuição. Sabemos da necessidade de vários municípios que, com certeza, precisam das suas ambulâncias para transportar os pacientes. Foi o exagero na distribuição e a forma como essa distribuição foi feita, que chamou a atenção e nós alertávamos desta tribuna, no ano passado, o que aconteceu no Norte Pioneiro e, agora, na região metropolitana, nos Campos Gerais e em outras regiões do Estado do Paraná. Cinco vítimas fatais, cinco pessoas que, lamentavelmente, faleceram.

O relato que também gostaríamos de fazer é da imperiosidade de se investir de forma estratégica nessa distribuição e no fortalecimento das unidades de saúde, das unidades hospitalares que o nosso Estado possui. A distribuição regional de recursos, um investimento nos equipamentos e no fortalecimento, conseqüentemente, dessas unidades hospitalares do Estado do Paraná.

Uma cidade tão importante como é Foz do Iguaçu, na semana passada, teve a Santa Casa de Misericórdia fechada. Isso é inconcebível! Será que não faltou dinheiro que sobrou para as ambulâncias para se colocar na Santa Casa de Misericórdia de Foz do Iguaçu? Uma das principais cidades do nosso Estado?

Quando subimos a esta tribuna, na condição de independente que somos, votando a favor deste Governo - quando achamos justo - com a nossa percepção política, que está no caminho certo, também temos o direito de questionar, de cobrar, de alertar e tentar corrigir o rumo das ações. Foi isso que fizemos.

Muitos desmerecem aquilo que fazemos, mas temos responsabilidade. Não podemos apostar na tese do quanto pior melhor. É por isso que registramos, com pesar inclusive, essa constatação que fazemos, na tarde de hoje. Aquilo que fizemos anteriormente e não foi considerado. É um triste relato, lamentavelmente, Sr. Presidente Hermas Brandão, que merece ser feito, e estamos fazendo, na tarde de hoje, usando das nossas atribuições regimentais, do nosso compromisso público de tentar interferir na sociedade dentro dos instrumentos de que dispomos.

Lamentamos, mas estamos cobrando do Governo um investimento estratégico em saúde, nas unidades hospitalares, para evitar que novas vidas possam ser ceifadas. Que o Governo invista de forma racional na saúde e de forma, acima de tudo, coesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Hoje vamos nos pronunciar como Presidente da Comissão de Obras.

Tivemos alguns relatos importantes, os Deputados Plauto Miró e Tadeu Veneri estiveram conosco numa audiência pública para discutir a continuidade das obras da PR-092. Esteve presente o ex-Deputado Waldyr Pugliesi, Secretário dos Transportes. A obra está se iniciando nesta semana, bem provavelmente. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero justificar a minha ausência na Sessão de amanhã. Fui convidado, como membro do Conselho Interativo da Universidade Estadual de Londrina, para uma reunião hoje à noite para discutir exatamente o acidente que houve, a tragédia que acometeu a cidade de Londrina, a Universidade Estadual de Londrina, ao mesmo tempo, dois jovens que perderam a vida. Há investigações em curso com relação àquela obra e nós queremos acompanhar as investigações.

Então, como membro do Conselho Interativo, representante desta Casa, lá estarei, e no decorrer do dia de amanhã, estaremos verificando os procedimentos que foram adotados para relatar a esta Casa, porque é interesse de todos o desdobramento daquelas investigações, o desdobramento dos responsáveis por aquela tragédia. Se é que há responsáveis.

É claro que num primeiro momento é preciso dizer da reação rápida que teve a cidade de Londrina, a mobilização da cidade para cuidar das vítimas daquele acidente.

Em um segundo momento, no sentido de informar aos pais de alunos, mais de quatro mil alunos, presentes na cidade de Londrina, vindas de todo o país, inclusive do exterior, e informá-los que seus filhos estavam bem. E dar assistência àqueles que foram feridos e lamentavelmente ter que dar assistência às famílias que perderam seus filhos, jovens ainda.

Também, Sr. Presidente, aguardamos ainda hoje, aqui, aquilo que já foi dito na imprensa pelo Deputado Dobrandino, Líder do Governo e Presidente do PMDB. Aguardamos para hoje um debate tranqüilo e sereno, se for nesse padrão, sobre aquilo que eventualmente ele tiver a dizer.

Como não temos condições de nos inscrevermos, Sr. Presidente, que o Deputado Dobrandino já tem cadeira cativa como Líder do Governo, nós vamos, previamente, dizer o seguinte: interessa-nos, Deputado Dobrandino, esse debate. Interessa-nos, não papeizinhos. Interessa-nos saber exatamente o que se tem. Então, quero ouvi-lo com atenção. Desafio V. Exa. a ter provas de alguma irregularidade e não só isso, reafirmo aquilo que disse aqui, ontem, quando V. Exa. corroborou e reforçou uma matéria de um jornalzinho do semanário do Norte Pioneiro, que o PT era uma quadrilha. Reitero dizendo que V. Exa. está desafiado a trazer as provas. Vamos refutar, mais do que isso, vamos esclarecer não só hoje, mas ao longo desse extenso período que teremos pela frente, já que é esse o debate, sobre todos os percalços que V. Exa. ou sua família tenham tido, enquanto processos, investigações e processos em andamento, que eventualmente V. Exa. tenha.

V. Exa. não pode generalizar, atacando o Partido dos Trabalhadores como um todo. Segundo, não pode, por ouvir dizer, atacar a honra de Jorge Samek, nosso companheiro. Não pode! Não pode! Não admitiremos, e se necessário for, nesta Casa, vou propor uma investigação. Não temos medo.

Portanto, Sr. Presidente, com muita firmeza me compete a defesa do Partido dos Trabalhadores. Convoco meus companheiros de Partido a estarem atentos a esse debate. Temos as nossas eventuais diferenças internas. Temos, eventualmente, diferença de compreensão em relação ao Governo Requião. Tudo isso faz parte da política. Convoco aos Deputados Ângelo Vanhoni, Stica, Hermes Fonseca, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Padre Paulo, postos nesta condição, no sentido de defender não só a honra do PT, mas as pessoas que foram vilipendiadas e atacadas pelo Líder do Governo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Primeiro, queria dizer ao Deputado André Vargas, com todo o respeito: a gritaria dele não nos assusta. Vou falar de forma serena e dizer que não vou chamar ninguém para me ajudar. Sozinho, vou fazer isso.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Aqui, não tem coronel.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

E nem aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Marcos Isfer.

### ***Deputado Marcos Isfer (PPS)***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de qualquer coisa, registrar com muita honra a presença nesta Casa do Secretário-Geral do PPS, companheiro R. Camargo.

Falar que, sem sombra de dúvida, em um ponto de união, que gostaríamos de ver em toda esta Assembléia. Fala-se do provável pedagiamento da BR-116 para os próximos dias. Tivemos a notícia de que haveria a possibilidade, que essa praça de pedágio, Deputado Elio Rusch, fosse colocada antes da entrada da Estrada da Graciosa, que leva ao litoral do Paraná. Uma estrada centenária que presta e prestou serviços a toda a população paranaense, mas mais do que tudo, a alternativa que a Constituição prevê a todas as áreas pedagiadas. Diz a Constituição que deve sempre haver um trajeto, onde não haja pedágio para o acesso das pessoas. Se estivéssemos pedagiando antes da Estrada da Graciosa, estaríamos, sem sombra de dúvida, entregando à iniciativa privada, o litoral do Paraná.

Quero pedir aos companheiros do PT, que têm influência junto ao Governo Federal; quero pedir aos companheiros do PL, que têm a sua influência junto ao Ministro dos Transportes; quero pedir a todos os Deputados estaduais, àqueles que têm voto no litoral ou não, mas todos nós, Deputado Nelson Justus, temos o dever e a obrigação com o nosso litoral e V. Exa. que lá tem voto, sabe disso, do que seria causado com esse pedágio antes da Graciosa.

Então, gostaria que esta Casa subscritasse uma correspondência ao Ministro dos Transportes, ao Presidente Lula, pedindo que, em hipótese alguma isso ocorresse. E quero dizer mais: ontem escutava atentamente o Deputado Vanhoni falando dos títulos podres e acho que é hora de o Paraná começar a cobrar o resgate de algumas dívidas da União para com o Estado. É o caso, por exemplo, do asfalto que foi feito com recursos dos paranaenses, da duplicação até Guaruva e que hoje presta um serviço a todo o Sul do Brasil. Precisamos desse resgate e, por que não, cobrarmos a estrada dos portos ligando a 277 até o Porto de Antonina.

Por que não cobrarmos o final da Boiadeira? Por que não cobrarmos tantas estradas que cortam o nosso

Paraná e que nós, sem sombra de dúvidas, precisamos desses investimentos?

Acho que é hora muito mais de união de toda esta Assembléia em defesa do litoral paranaense, em defesa do povo paranaense, mas principalmente em defesa do resgate do Estado do Paraná. E gostaria, então, neste momento, de exortar a todos os companheiros que subscritassem esse documento, porque entendemos ser legítimo direito do povo do Paraná ter acesso ao seu litoral sem pagar pedágio.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero manifestar o meu apoio à excelente idéia do Deputado Marcos Isfer, porque o Caminho da Graciosa, aberto pelo Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rafael Greca, gostaria de pedir a sua compreensão, porque não cabe Pela Ordem neste momento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não tem cabimento o Paraná pagar pedágio sobre o Caminho da Graciosa, que foi aberto pelas Câmaras Municipais de Curitiba e de Antonina nos idos do século XVIII.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço sua compreensão para que não abramos precedentes.

Próxima oradora inscrita, com a palavra a Deputada Elza Correia.

### ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas:

Uso rapidamente a tribuna para dizer que hoje pela manhã, na reunião de Secretários, esta Deputada teve a oportunidade de se manifestar como Presidente do Conselho Estadual da Mulher. Estiveram presentes várias Conselheiras e também as Deputadas Luciana Rafagnin, Arlete Caramês, Cida Borghetti e esta Deputada, que também somos todas Conselheiras do Conselho Estadual da Mulher. E o Governo do Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião assinou como co-autor, porque tiramos aqui da Conferência Estadual da Mulher, que participaram mais de duas mil mulheres do Paraná inteiro, oitocentas delegadas vieram dos municípios; tiramos oitenta delegadas e mais de trezentas propostas foram apresentadas pelas mulheres do Paraná, para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Isso pode parecer nada para aqueles que não acompanham a luta das mulheres, mas é tudo

para o Movimento de Mulheres brasileiras e do Estado do Paraná, que há décadas vêm lutando para seu empoderamento, para se posicionarem na sociedade com seus direitos humanos e de cidadania garantidos.

Portanto, esse plano são cento e noventa e nove ações que reafirmam e garantem os direitos humanos das mulheres brasileiras do Paraná, que são distribuídos em vinte e seis prioridades e traçados a partir de quatro eixos, que é: o da autonomia e igualdade no mundo de trabalho e cidadania; a questão da saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos; a questão da educação inclusiva e não sexista; e o enfrentamento da violência contra as mulheres. Foi muito importante a assinatura do Governador Roberto Requião nesse pacto, porque o que está contido no pacto, de certa maneira, é o que o Estado do Paraná já vem realizando em relação à questão de gênero e a questão das políticas públicas voltadas para mulheres. Por exemplo, a atenção às mulheres rurais através de programas desenvolvidos pela SEAB, pela Emater, através da agricultura familiar, têm sido de fundamental importância. Encontros regionais para mulheres agricultoras têm sido feitos sistematicamente, inclusive com a presença do Conselho. Nós já garantimos os estereótipos de gêneros, raça e etnia, através da Secretaria de Estado da Educação.

Em relação à saúde da mulher, através dos programas e projetos da Secretaria da Saúde, o Dr. Cláudio Xavier vem se destacando com os programas e projetos em benefício das mulheres.

E na 7ª Conferência Estadual da Mulher, em Foz do Iguaçu, com as presenças do Deputado Dobrandino, do Ministro da Saúde, do Secretários de Estado da Saúde, várias autoridades, assinamos um pacto para a redução da mortalidade materna e infantil no Paraná. E no dia 07 de março nós vamos inaugurar o 1º Centro de Referência e Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Curitiba e Região Metropolitana, com recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, que tem a contrapartida e apoio da Prefeitura do município de Curitiba.

Portanto, é importante que esta Casa tenha conhecimento dessas ações do Conselho Estadual, até porque nós somos quatro Deputadas que representamos, aqui na Assembleia Legislativa, o Conselho Estadual da Mulher. Vai ser a primeira vez, então, que teremos um complexo de atendimento às mulheres de Curitiba e Região Metropolitana. E esse equipamento social é muito importante na luta em defesa dos direitos da mulher. Portanto, esse plano nacional de política para as mulheres, que nós ajudamos a produzir, está sendo comandado pela nossa Ministra Nilcéia Freire, que estará em Curitiba no dia 07, para a inauguração do centro, depois um almoço com todas as lideranças feministas do Estado do Paraná. E no dia 08 nós faremos na Assembleia, as quatro Deputadas, aliás no dia 06, 07 e 08, teremos atividades aqui na Casa em homenagem a 08 de março - Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Hoje vimos o anúncio de que será lançado novamente o início da Rodovia do Cerne. Se tudo correr bem, o Governador Roberto Requião vai fazer uns duzentos e cinquenta metros de asfalto na rodovia. Quando ele assumiu o Governo, vimos o anúncio de que era alternativa para o pedágio e que iria ser iniciada imediatamente. Já faz três anos e dois meses. E não foi a Gazeta do Povo que disse, Governador, foi o senhor e o seu Secretário dos Transportes que afirmaram que seria asfaltada a rodovia ligando Campo Magro a Castro.

Nesse ritmo nós precisamos, no mínimo, renovar o seu mandato por mais, pelo menos, meio século para vermos concluída essa obra que era para ter sido iniciada no começo do Governo e anunciada pelo Secretário dos Transportes.

A Rodovia do Cerne e a Rodovia Boiadeira, que era para ter sido também iniciada e que seriam acabadas como alternativas de pedágio, infelizmente, não estamos vendo a obra realizada. É mais uma promessa não cumprida.

Está nos jornais do Paraná hoje, confirmados seis focos de aftosa. Os municípios de Loanda, Maringá, Grandes Rios e Bela Vista do Paraíso engrossam, juntamente com São Sebastião da Amoreira, o rol da febre aftosa no Paraná. Acho que febre aftosa não existe, os laudos comprovam que ela realmente não existe. O que pode ter ocorrido foi alguma suspeita e essa suspeita agora é transformada na confirmação pelo Ministério da Agricultura e o Ministro Roberto Rodrigues manda que o gado seja sacrificado para, a partir daí liberar dentro de um prazo razoável de seis meses, novamente as exportações.

Essa briga que começou com os transgênicos entre o Governador e o Ministro, termina agora sacrificando a pecuária, sacrificando a suinocultura, sacrificando todo agronegócio do Paraná. O leite da maior bacia leiteira do Paraná não pode adentrar São Paulo, porque vem de um foco de aftosa localizado no Paraná, conforme atestam os técnicos.

Ora, daqui a pouco virá o Ministério da Saúde dizer que no Paraná ainda tem resto da gripe espanhola de 1918. E nós vamos ver prevalecer a vontade de um ou outro técnico que quer fazer cumprir aquelas cadernetas de campo que só servem para dificultar ainda mais a vida do povo e da nossa gente sofrida do interior.

A Estrada da Graciosa está dentro do pedágio, sim, no Km 61 da BR-116. Vamos ter um posto de pedágio que vai obstruir a passagem livre para o litoral. E nós pre-

cisamos, através da Assembléia, vai ter a audiência da Agência Nacional de Transportes Terrestres, dia 23 em Curitiba. E nós temos que ir lá para bater o pé. O Paraná não aceita o pedágio e muito menos esse que vai interromper a única via alternativa de estrada sem pedágio para o litoral, que é a Estrada da Graciosa. Não podemos ficar calados esperando que uns e outros venham nos socorrer. A Assembléia do Paraná precisa criar uma comissão para ir nessa audiência pública, Sr. Presidente, e se fazer representar lá em nome do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O dia de ontem para a cidade de Terra Rocha foi um dia histórico.

Na Câmara Municipal tem uma Vereadora que se chama Luzia Gonçalves, além de ser mulher é negra, a única Vereadora e foi conduzida à Presidência daquela Casa. É impressionante como a sociedade organizada esteve presente no ato de posse daquela Vereadora. Vimos o trabalho na humildade de uma Vereadora de interior, do seu trabalho comunitário na Pastoral da Criança, nos meios sociais, são importantes na vida pública daquela cidade.

O reconhecimento Elza Correia, você que é defensora do Conselho da Mulher, que tanto batalha, essa mulher, a Vereadora Luzia Gonçalves, única Vereadora da cidade de Terra Roxa, de nove Vereadores, foi conduzida à Presidência da Casa.

Estamos quebrando paradigmas. Eu lá estive, e com muito orgulho representei a minha Bancada naquele momento e de fato deu uma sensação maravilhosa, na medida que os homens votaram na Vereadora para ser Presidente da Casa.

Queria fazer esse registro para ficar nos Anais desta Casa, que isto está acontecendo. Espero que algum dia, aqui também, neste Parlamento, nós passamos conduzir uma Presidente mulher, se for o caso.

Quero, também, falar uma coisa que é muito importante: o Deputado Scarpellini falou antes, queria conversar, eu queria que o Governador entendesse a preocupação do setor da pecuária do Paraná. Não só a pecuária, porque atinge a suinocultura, a agricultura. Não adianta teimar com as regras internacionais, se houve aftosa ou não, e há laudos. Nós temos que abater os animais e convencer os proprietários desses lotes a abater e indenizar de forma justa. Quanto mais esperar pior para o Paraná, pior para todo setor produtivo.

Conversava esses dias com o Vice-Governador Pessuti e percebi uma disposição dele nesse sentido, mas

acredito que o Governador precisa ser convencido, Deputado Dobrandino. Se preciso for, faremos uma Comissão de representantes das mais diversas forças políticas deste Estado. É fundamental que esses animais sejam abatidos. Os produtores, com todo o respeito, mesmo não havendo sinais visíveis, mas ocorre que houve a divulgação internacional.

Temos que tomar uma decisão. Não vale a pena ficar brigando com o Ministério da Agricultura, há essa decisão, há regras internacionais, se esse gado for abatido, já em seis meses o Estado é decretado livre, com a vacinação.

Esse é o apelo que faço, Deputado Dobrandino, se possível vamos conversar com o Governador. É fundamental que isso ocorra o mais breve possível.

Assistindo o Governador falar pela televisão, pela Educativa, não vi a posição dele claramente, no sentido de mandar abater os animais, precisa de fato abater os animais, senão os prejuízos ainda serão maiores.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca, no Grande Expediente.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma primeira palavra com relação a essa possibilidade de pedágio antes da estrada da Graciosa. Parece que a mesma ameaça de instalação de praça de pedágio ameaça fracionar a ligação que já é urbana, entre Curitiba e a vizinha cidade de Mandirituba, entre a Fazenda Rio Grande/Curitiba.

Nós, paranaenses, não podemos aceitar o fracionamento no caso da estrada da Graciosa, da nossa identidade cultural, no caso de Mandirituba, o fracionamento da nossa grande cidade metropolitana. Deve haver no DNIT alguém, com cabeça política que perceba a estupidez, para o Governo do Presidente Lula, em processo de reeleição, de impedir o acesso dos curitibanos, dos paranaenses à estrada da Graciosa, que é uma área de lazer, quase um parque público que pertence ao patrimônio cultural da Capital do Estado e do litoral do Paraná.

As pessoas mais pobres fazem o seu domingo no rio Mãe Catira, no rio Nhundiaquara, nas churrasqueiras à sombra da Mata Atlântica. E a estrada da Graciosa é a alternativa constitucional que legitima inclusive o pedágio da Ecovia. Embora nós o achemos excessivo, ele fica legitimado, porque é um trecho onde se faculta às pessoas o direito de ir e vir sem o pagamento de pedágio. É incrível que grupos empresariais nacionais possam agora tributar um caminho que foi dos padres Jesuítas para sua fazenda nas fraldas da Serra do Mar ou na Borda do Campo. Depois, foi um caminho aberto de comum



acordo pela Câmara de Antonina, pela Câmara de Curitiba para facultar a entrada na cidade do nosso povo, dos nossos tropeiros quando o rio Iguaçu enchia e alagava o acesso ao Arraial do Bom Jesus, a atual cidade de São José dos Pinhais ou quando o rio Iguaçu, enchia tanto que inundava o rio Verde, o rio Palmital e impedia o acesso pelo antigo caminho do Itupava.

Cobrar pedágio na estrada da Graciosa, é de uma vez por todas, colocar a população do Paraná contra o modelo das estradas pedagiadas. Acho que é oportuna a sugestão do Deputado Scarpellini, que a Assembléia do Estado do Paraná faça uma comissão para ir à audiência pública sobre o pedágio. Uma Comissão capaz de se manifestar em nome deste Poder, porque não pode a Assembléia fingir, com cara de paisagem, que não vê as decisões federais que nos afetam. Não pode a Assembléia pretender não fazer nada com urgência num momento em que se fraciona a identidade cultural e a identidade de cidadania da gente metropolitana de Curitiba.

Era isso, Sr. Presidente, sobre os pedágios que se anunciam.

A propósito da minha Lei de Biocombustível: a primeira palavra de agradecimento ao Deputado Nelson Justus, que engenheiro como eu, no final do ano passado conseguiu extraí-la da Comissão de Constituição e Justiça, após recurso que eu impetrei. E a propósito dessa lei, duas informações: o professor Nei Hansen de Almeida, Diretor do Curso de Engenharia Química da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, informa-me por e-mail, que aquela Universidade já faz biodiesel a partir da reação química:

(Lê):

*Prezado Deputado Rafael Greca: Informo nossas atividades de pesquisa relacionada ao biodiesel na PUCPR: O biodiesel que produzimos vem da reação química de transesterificação do óleo vegetal (soja, sobra de frituras, nabo forrageiro e babaçu são matéria-prima já usadas) com etanol (da cana-de-açúcar) produzindo como reagentes os ésteres etílicos (biodiesel) e a glicerina. A norma americana estabelece 97,5% min de ésteres biodiesel. Já conseguimos em nossa pesquisa esta especificação comprovada por análise cromatográfica.*

*Registramos Pedido de patente no INPI sob nº 0104107-0 e título: "Produção de ésteres etílicos a partir de óleos vegetais e álcool etílico" válida no Brasil. As quantidades que reagem e produtos de reação: 1 kg de óleo vegetal reage com 0,15 kg de álcool etílico produzindo 1,05 kg de éster etílico (biodiesel) e 0,11 kg de glicerina (sub-produto). Atualmente já dominamos as reações que são catalisadas por catalisadores ácido e básico. Temos condições de fornecer projeto detalhado de uma unidade piloto com capacidade de 501/h de biodiesel tendo como matéria-prima óleo gasto em frituras. (custo aproximado de R\$ 700.000,00). Após 3 meses de operação poderemos desenvolver projeto detalhado para uma unidade industrial de qualquer tamanho. (equipe de professores e alunos do Curso de Engenharia Química).*

*Estamos produzindo atualmente em nossos laboratórios bateladas de 30 litros de biodiesel a partir de óleo de fritura usado, que usamos em trator na Fazenda Gralha Azul da PUC na Fazenda Rio Grande. Segundo Joshua Tickell, em seu livro "From the fryer to the fuel tank: The complete guide do using vegetable oil as an alternative fuel" publicado pela editora Kaia Roman em 2000, em relação à utilização de óleo vegetal puro em veículos automotores: necessita de modificações no veículo; - necessidade de um tanque adicional de biodiesel ou diesel; - não tem boa partida; - mistura direta do óleo com álcool acarreta problemas de lubricidade no motor; - necessita de aquecimento para uso no motor; - não pode ser usado em misturas com óleo diesel; - não permite misturas 2%; 5%; 10%; 15% e 20% com óleo diesel; - não pode ser usado em veículos em uma emergência; - o combustível não é estável à temperatura ambiente; - não pode ser usado como aditivo para lubrificação no óleo diesel; - não é coberto pelas garantias do motor; - poder entupir os injetores do combustível, se usado imprópriamente; - não é possível substituir em aquecimento doméstico. Saudações, prof. Nei Hansen de Almeida, Diretor do curso de Engenharia Química da PUCPR.*

Mas o fato é que o carro do futuro já chegou, o ônibus urbano do futuro já chegou, semana passada, e ontem, no dia que dei aula na Pontifícia Universidade Católica sobre biocombustível, na aula magna dos cursos de engenharia. E ontem, quando tive a alegria de voltar à minha escola de engenharia para dar outra aula magna para os 176 calouros de engenharia civil, eu fui e voltei com o carro do engenheiro Tomaz Fendel, que é movido a óleo usado de cozinha. O engenheiro Fendel, natural de Rio Negro, ligado ao Greenpeace, homem extraordinário, adaptou uma toyota emplacada no Paraguai. Por que emplacada no Paraguai? Porque a lei brasileira não permite combustíveis alternativos, e essa Toyota, com uma pequena adaptação no motor, transformou-se no primeiro carro movido a óleo vegetal no nosso país.

É sabido da história que o Sr. Diesel, que deu origem ao chamado óleo diesel, porque tinha inventado um motor movido a óleos vegetais no começo do século passado, final do século XIX, foi assassinado na Alemanha, pelo traste do petróleo.

A visão de usarmos carros movidos a óleo vegetal é a única saída, por exemplo, para o impasse do Prefeito Beto Richa que quer abaixar as passagens de ônibus na contramão da alta elevada do petróleo no mercado internacional. Outro dia, conversando com o Ricardo Smaiting, que é diretor da URBS, da Companhia de Urbanização de Curitiba, ele me dizia que vão vender o traseiro dos ônibus urbanos de Curitiba para baixar a passagem. Parece que já há alguns ônibus descaracterizados, aonde o out-door escorre do vidro e cobre a traseira inteira do ônibus. Eu fui fazer a conta de qual seria a renda dessa venda, ou dessa poluição visual, são mil e quinhentos os ônibus de Curitiba, e é possível vender todos os mil e quinhentos ônibus por não mais que sete-

centos e cinquenta mil reais por mês. Isso não justifica a baixa da passagem, o que justifica é o biocombustível. E afinal, se nós nos livrarmos do azeite usado, quem sabe os nossos bueiros urbanos e os rios, livres do despejo de gordura usada não vão encher tanto como encheram na noite de ontem, fazendo Curitiba frequentar o noticiário como um lugar onde novamente há enchentes.

Eu acabei com as enchentes em Curitiba, e por dez anos duraram bueiros limpos, rios escavados, canal extravasor limpo. Mas é preciso limpar sempre, limpar, limpar, limpar, porque para cada litro de óleo usado que o bar do cachorro quente joga no Rio Ivo, quando acaba de usar a sua frigideira, precisa de um milhão de litros de água. Calculem a frigideira da Flora Madalasso, com aqueles milhares de frangos fritos de um domingo dos dias das mães por exemplo, jogado no pobrezinho do rio Ivo, lá de Santa Felicidade, que impermeabilização isso não causa? Vocês já imaginaram uma rede de ônibus urbanos movida a óleo de cozinha reciclado? Já imaginaram os lucros para as cooperativas se a soja, além de alimento e de ração, de alimento de porcos lá no primeiro mundo, passar a servir de “combustível ou gasolina verde”?

O engenheiro Fendel, que constrói máquinas especiais sob encomenda de indústrias, veio a Curitiba e trouxe também uma outra de suas invenções. Um gerador movido a óleo de cozinha que, instalado a qualquer tomada, devolve energia elétrica para a rede. É um revolucionário princípio da co-geração. Já é permitido pela legislação da Alemanha. mas aqui é proibido. Por que aqui é proibido? Porque o Brasil permanece sob o domínio das sete irmãs companhias de petróleo. Sob o interesse da Inglaterra e dos Estados Unidos, de quem importamos o nosso petróleo pesado para refinar em Araucária.

Aqui é proibido! O carro movido a óleo vegetal teve que ser emplacado no Paraguai.

Permanecemos sendo o país de ontem. Quando mereceremos o amanhã? Só para alemães? Parece que sim. Os carros feitos na Audi, em São José dos Pinhais, chamados Lupo, têm uma pequena modificação do motor do Fox e vão lá para Alemanha consumirem 33 litros de diesel por quilômetro. São os carros mais econômicos do mundo. São feitos aqui, com incentivo fiscal do Governo do Paraná. Com um pequeno kit eles podem ser abastecidos com óleo usado de cozinha.

Nós, os brasileiros, embora façamos aqui o carro chamado Lupo, ficamos para trás no curso da história.

Anteontem o Ministro da Suécia declarou que, até 2010 aquele país, com medo de perder a sua capital afogada no degelo da calota polar, não vai mais usar termelétricas, nem motores movidos a petróleo fóssil.

Em Estocolmo circulam trezentos ônibus biarticulados a álcool, inspirados no ônibus que eu fiz na linha Turismo quando fui Prefeito de Curitiba. Quis comprar os motores para os 1500 ônibus de Curitiba, mas a Volvo não quis vender, mas fez esses motores para Estocolmo.

Atrasado é quem compra como novidade o que está ultrapassado do lado de cima do equador.

Atrasado é quem finge que não vê que o Brasil pode ser a mais escolhida das nações da Terra, se entrar na era dos biocombustíveis.

Saúdo com alegria que o Presidente Lula, no almoço com o Bono Vox do conjunto U2, tenha conversado sobre biodiesel e biocombustível. Mas temo que o Presidente Lula ainda insista nas mamonas. As mamonas, no meu ponto de vista são assassinas. Testes avançados feitos nos Estados Unidos mostram que a manona é altamente alérgica e faz mal ao pistão dos motores. E quase envenena o nosso Governador.

Alguém já disse que é subdesenvolvido quem compra como novidade aquilo que é obsoleto no primeiro mundo.

Podemos ser desenvolvidos se criarmos a história.

Por isso, apelo para a Assembléia que dê urgência ao meu projeto dos biocombustíveis, porque na Copel, até maio, estará pronto um programa para transformar a Usina de São Carlos do Ivaí na primeira fábrica de biocombustíveis feita com bagaço de palha de cana-de-açúcar.

A Compagás poderá se associar à Copel e o Governo do Paraná poderá entrar nessa idéia fantástica que é a idéia das energias limpas. Ou nós mudamos ou nós nos mudamos. O Mister Busch pode se mudar para Plutão. Ele mandou já uma nave espacial que vai chegar em 2015 em Plutão. Estão aí as naves da Nasa passeando pelo Cosmos procurando onde levar Noé, Sara e os bichos que eles escolherem na nova arca espacial que vão armar, mas nós, que não podemos nos mudar, temos que evitar que o pólo es quente; temos que parar de consumir energias sujas; temos que apostar na possibilidade da geração de emprego e de rendas com biocombustíveis.

Eu vou marcar, oportunamente, com o cerimonial da Casa, vejo que o Deputado Beraldin me acena positivamente, mas é hora de fazermos um novo seminário nesta Casa sobre biocombustíveis, até para alertar aos senhores do açúcar, do álcool, aos donos da “rapadura”, das grandes cooperativas que lidam com o álcool, que é uma besteira pôr tão alto o preço do álcool na perspectiva da conquista do mercado europeu, que precisa de biocombustíveis. Não matem “a galinha dos ovos de ouro”! Não façam o jogo da Petrobras! Não façam como dono de restaurante bom que quando vê a casa cheia duplica o preço do cardápio e depois acaba falido.

Há um novo horizonte que pode ser feito para os canaviais, para os produtores de cana, até para o período da entressafra. Esse novo horizonte é o do biocombustível. O Brasil está com tudo e nem precisa ficar prosa. O Brasil pode e deve investir nessa área e o nosso admirado Paraná, com trinta e uma usinas de cana no interior, poderá gerar perto de doze mil e quinhentos empregos se implantar esse programa de biocombustíveis.

Há outras plantas que podem virar biomassa: capim elefante e pinhão manso. Elas podem ser plantadas

embaixo das linhas de transmissão da Copel e nas áreas passíveis de invasão para que se evite a invasão dos vales dos rios, e tudo isso para gerar emprego e renda para o nosso povo.

Não é possível que o país fingiu que não viu Santos Dumont inventar o avião, agora, de novo, não dê asas à imaginação e finja que não vê que pode ser a mais escolhida das nações da Terra.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa gostaria de registrar a presença do Vice-Prefeito de Goioxim, Olívio Calsa, bem como do Presidente da Câmara, Élvio Zorzanello do PDT e dos Vereadores Nelson dos Santos - PT e Izair Chagas do PT também, bem como o Presidente do PDT, Waldemir Lacerda, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin. Damos as boas-vindas a todos.

### ***Horário das Lideranças:***

Passa-se ao Horário das Lideranças. Bloco PP/PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vimos há pouco, um pequeno entrevero entre o Líder do PT e o Líder do Governo nesta Casa. A troca de acusações, uma demonstração de que realmente as coisas não vão indo bem. Deveríamos, nós, os Deputados da Oposição, cobrarmos dos Deputados do Governo, uma apresentação aqui nesta Casa, de obras, de projetos, de programas de Governo que fossem realmente razoáveis para o desenvolvimento do Paraná. Mas, não vemos.

Vemos sim, as manchetes se abrindo em cima da Câmara dos Deputados, do Senado, do Mensalão, das articulações que foram manobradas pelos homens do Governo, que acharam por bem de, ao invés de se divulgar obras depois de realizadas, faz-se a divulgação como se elas realmente existissem. Para depois construí-las.

E o que estamos vendo é que o Brasil e o Paraná vão ficando sem estradas, sem hidrelétricas, sem a infraestrutura capaz de suportar o desenvolvimento e o crescimento desta Nação.

Ouvi há pouco o Deputado Rafael Greca falando sobre a energia alternativa. Dizendo sobre a Suécia que está abandonando um programa de energia que polui e que vem asfixiando a calota polar em busca de uma nova alternativa energética de vida.

Estamos vendo a China, que está construindo a maior barragem do mundo e a maior hidrelétrica também no Rio Amarelo, conhecido por *Yang-Tze*, cujo objetivo da construção dessa barragem, que também vai comportar uma usina hidrelétrica, tem três fundamentos na cons-

trução da barragem e da hidrelétrica: a primeira, a construção da barragem com uma dimensão um pouco maior do que aquela que se exigiria só para gerar energia elétrica, é para conter as cheias do Xangai, que quando chove muito o Rio *Yang-Tze* sobe e vêm as cheias em Xangai, colocando milhares de chineses desabrigados.

A segunda opção é a geração de energia elétrica.

E a terceira é acabar com as usinas que queimam o carvão mineral, porque, depois de queimado, a sua fumaça transforma-se em fumaça ácida e cai com a chuva, danificando a agricultura chinesa.

O mundo está buscando alternativas, enquanto nós, aqui, estamos tendo dificuldade para fazer uma operação tapa-buracos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, independente da discussão do Deputado Dobrandino, Líder do Governo do Paraná, com o Deputado André Vargas, demorou-se três anos para começar um programa de quatrocentos milhões de reais para fazer a operação tapa-buracos em todo o Brasil. Ora, alguém está superdimensionando algumas coisas ou outros estão dando menor dimensão.

Vimos que o Governo do Paraná havia anunciado uma operação de recuperação de estradas aqui para o Paraná, anunciando que a verba era de oitocentos milhões de reais. O Governo Federal anuncia quatrocentos milhões para a recuperação da malha viária de todo o Brasil. Realmente, não dá para entender. Um anuncia oitocentos milhões para o Paraná, o outro anuncia quatrocentos milhões para todo o Brasil.

Acredito, sim, que o Governo Lula não soube avaliar bem o tamanho do buraco. Porque os buracos das rodovias federais - da grande malha rodoviária deste país - não serão consertados com quatrocentos milhões de reais. Foi uma notícia feita exatamente para abafar aquela grande onda que se via em Brasília contra o Governo dele e contra o PT. Anunciou-se aquilo, mais para tapar o buraco da orelha do povo brasileiro, do que para tapar os buracos das rodovias. Foi mais um anúncio, para jogar fogo de encontro à grande onda que estava se formando no Brasil, contra o Governo Lula, pela corrupção, onde estavam envolvidos alguns dos membros do Governo, próximos ao Presidente, diga-se de passagem.

Mas, solução para os problemas do Brasil? A BR que liga Curitiba a São Paulo, que é o eixo do Mercosul, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, descendo para Porto Alegre, Buenos Aires, Santiago, Foz do Iguaçu e Assunção - essa rodovia que não conseguem terminar uma ponte que caiu há um ano e dois meses atrás. Essa rodovia que tem mais uma ponte no Estado de São Paulo, que está dando passagem apenas para um carro, porque do outro lado está interditada. Quando não passa de um lado, passa do outro.

Lembro-me quando o Dr. Ulysses Guimarães, quando assumiu a Presidência da República, veio, aqui, no interior de São Paulo, na divisa do Paraná, para lançar a conclusão da duplicação desta rodovia e já faz bastante tempo. Eu era Prefeito de Apucarana. A rodovia continua

aí do mesmo jeito. Ficaram bem mais brancos os meus cabelos e a obra não foi concluída. Mas para fazer o pedágio, agora, com certeza, vai ser com uma velocidade!

Estou com um requerimento, Sr. Presidente, para constituir uma comissão desta Assembléia para ir à Agência Nacional de Transportes Terrestres e discutir essa questão do pedágio na Estrada da Graciosa, que vai obstruir a via de acesso ao litoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do Bloco do PTB, PL e PMR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco do PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Acompanhava atentamente o pronunciamento do eminente Deputado Scarpellini e exatamente neste dia gostaria de falar um pouquinho sobre essa obra tão importante que inicia hoje, que é a construção da Estrada do Cerne, a PR-090. Rodovia essa que nasceu exatamente na administração de um pontagrossense, começou com o Interventor Manoel Ribas, o tão festejado Maneco Facão, quando governou o Estado do Paraná. Essa é uma rodovia que foi inaugurada em 1940 e que agora, depois de tantos anos, em 2006, exatamente neste dia 21, o Governo do Estado está dando a ordem de serviço e está iniciando uma parceria que visa fazer com que essa rodovia, a Rodovia do Cerne, tão esperada pela comunidade desde Campo Largo, Campo Magro, até Piraí do Sul, possa festejar o início dessa obra.

Essa é uma obra e uma rodovia alternativa. É uma rodovia que inicia com dezesseis quilômetros hoje, mas que o Governo já prepara o projeto para mais vinte quilômetros e que no Orçamento que vamos confeccionar, na Peça Orçamentária para 2007, já há uma previsão orçamentária do Governo para a sequência dessa obra. Sempre entendi, no meu conceito como ser humano, que uma obra que não tem nada, quando ela começa a fazer alguma coisa, é importante, porque ela está começando. Eu ficaria preocupado se essa obra não tivesse um quilômetro de asfalto, mas ela vai ter dezesseis quilômetros e feita de uma forma brilhante, feita como foi feita a Ferroeste, feita com o nosso valoroso Exército brasileiro. É com o Exército brasileiro, diminuindo os custos, que vai se construir essa rodovia, que é um grande sonho da população do interior, de todas essas cidades que, ao longo desses sessenta anos, estão aguardando a expectativa dessa rodovia.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje o dia é de iniciarmos a comemoração de um sonho, que na sequência será realidade. Estamos dando início a uma

rodovia que é um sonho de muita gente e que muitos governadores gostariam de ter feito e não fizeram e que agora, neste Governo, inicia-se a confecção desses dezesseis quilômetros.

O Exército, a partir de hoje, já está autorizado, com a ordem de serviço, já está posicionado e já alugou um terreno na região e vai iniciar as obras - os equipamentos já estão colocados na rodovia e a obra começa hoje. E essa data deve ser uma data sempre lembrada, porque os oito a nove milhões que serão aplicados no início dessa rodovia são apenas o começo para chegarmos até Piraí do Sul, onde chegaremos a 127 quilômetros dessa rodovia, que será uma rodovia alternativa de ligação do pedágio e que vai cumprir uma função de interligar a nossa região aqui de Curitiba com os Campos Gerais. Por isso, Srs. deputados, Sras. Deputadas, é um dia de comemoração.

E quero aqui fazer um elogio a um grande político de Castro, temos as nossas divergências políticas, mas ele foi um batalhador. E, no começo de 2003, quando assumimos esta Casa, fizemos requerimentos, fizemos pedidos, fomos ao Governador, fomos até ao Secretário Waldyr Pugliesi e mostramos a ele a necessidade dessa obra. E o Waldyr, naquela época, dizia-nos que iria estudar a implantação. Estou falando do grande empresário de Castro, nosso amigo Guedes, que sempre foi um dos batalhadores por essa rodovia. Ao iniciar essa obra, que certamente será concluída na sequência, homenageia-se alguém que lutou tanto, porque sabe da importância dessa rodovia.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Ouçõ suas colocações, nobre Deputado, com curiosidade: de onde até aonde vão ser executados esses dezesseis quilômetros de pavimentação?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ela vai ligar dezesseis quilômetros de Campo Magro até a segunda ponte do Rio do Cerne. Essa é a primeira parte de um grande sonho. Claro que nós queremos ver esses 127 quilômetros serem pavimentados, mas esse é o primeiro passo. Eu volto a insistir: dezesseis é melhor do que nada! Dezesseis é o começo. E eu não tenho dúvidas que quando o Governador Roberto Requião for visitar essas obras, quando vir a obra acontecendo e a importância das belezas do interior dessas cidades e dessas rodovias, o Governador vai autorizar ainda mais rapidamente a tocar esse projeto.

Por isso, Srs. Deputados, é dia de comemorar, dia de dar o primeiro passo, dia na história dessas cidades, das cidades do Paraná, como em 1940, quando o então Manoel Ribas, o Maneco Facão, que era de Ponta Grossa, deu a ordem de serviço para começar aquela rodovia.

Hoje, o Governador Requião faz história com coragem, com determinação, ao iniciar esse sonho que até

hoje ninguém havia conseguido, que é iniciar a pavimentação dessa rodovia.

Meus cumprimentos ao Governo do Estado, ao Rogério Tissot, ao Secretário Waldyr Pugliesi. E os nossos cumprimentos ao nosso valoroso Exército brasileiro, que a partir de hoje é o responsável por escrever na história deste Estado a construção de mais uma grande rodovia.

Em nome dessas cidades, em nome das cidades que na sequência vão receber essa ligação, que é apenas o começo, queremos agradecer ao Governo que tem coragem. E enquanto alguns tapam buracos, o Governo do Paraná começa uma obra histórica no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PPS.

(Declina)

PDT: com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Na condição de Deputado Estadual, colhi as assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de corrupção que pairam sobre o Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paranaense de Futebol.

Já conseguimos os números necessários e estamos apenas no aguardo dessa presidência para a instalação de uma CPI que possa, definitivamente, expurgar o que há de errado dentro do futebol paranaense.

Tenho sido cobrado pela imprensa, tenho sido advertido até por aqueles que querem uma investigação isenta, uma investigação que tenha uma linha que possa chegar àqueles que realmente estão hoje denegrindo a imagem do futebol paranaense. Muitos acreditam até que o futebol seja algo supérfluo e que não deva ser analisado por uma casa de Leis como esta. Entendo de forma diferente, esta é uma Casa de Leis que tem como função precípua investigar e é atribuição regimental dos Pares desta Casa criar uma comissão para investigar algo que esteja errado.

E existe até fato comprovado. Lamentavelmente ainda não tivemos oportunidade de instalar esta CPI, mas é o apelo que faço à Presidência essa Casa, de forma pública, utilizando a tribuna desta Assembleia Legislativa na tarde de hoje, para que logo que termine o carnaval, que é o empecilho para o início efetivo dos trabalhos de todos nós brasileiros, nós possamos ter instalada essa CPI para que possamos investigar o que há de errado. E até, se for o caso, trazer um atestado de idoneidade àqueles que hoje comandam o Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paranaense de Futebol. E até para argumentar, Deputado Luiz Nishimori, a importância de uma CPI no

que tange ao futebol paranaense. O maior espetáculo da terra hoje é futebol o futebol é o que tem a maior movimentação de recursos de todos os esportes.

**O Sr. Nereu Moura (PMSB) (Aparte)**

V. Exa., como homem da imprensa, tem conhecimento bem mais profundo do que nós, que somos leigos no assunto. Agora o que me parece é que a justiça desportiva andou punindo algumas pessoas ligadas a esse escândalo do futebol paranaense. Indago a V. Exa. que, se mesmo com esses procedimentos ainda há a necessidade da instauração da CPI.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pela pergunta Deputado Nereu Moura, 1º Secretário desta Casa. E eu respondo inclusive a V. Exa. com a capa do caderno de esportes do jornal Gazeta do Povo: “Mensalão do Apito - TJD do Paraná lava as mãos e beneficia o Presidente da Federação Onaireves Lino Rolim de Moura”. Este é mais um fato que corrobora a tese da nossa linha de investigação.

Portanto, esta Casa não pode mais ficar omissa em relação à instalação dessa CPI para investigar esses e outros fatos até, que não entram preferência de time, se é o Londrina, se é o Atlético, se é o Coritiba.

Mas, o Paraná precisa definitivamente, na minha opinião, de ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito séria que possa apurar eventuais desmandos, ou até mesmo corrupção como há indícios de fitas gravadas no caso do “Bruxo”, como ficou conhecido pela imprensa paranaense.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)**

Ilustre Deputado, estou ouvindo atentamente as duas afirmações. E realmente vamos ter sempre problemas no Paraná com a presença do presidente da Federação, Onaireves Rolim de Moura; acredito que vai o avestruz para o espaço, vai o futebol, vai a arbitragem. Não vamos ter condições de ver, aqui, alguma coisa com seriedade enquanto ele for o presidente da Federação Paranaense de Futebol.

São essas as minhas colocações com relação à Federação. Divirjo de V. Exa. quando diz que o maior espetáculo da terra é o futebol. Acho que o Rollins Stones, no sábado, foi maior do que o futebol. Então registro o espetáculo dos Rollins Stones.

Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado Deputado José Domingos Scarpellini. Tenho certeza que no seu íntimo acredita que o futebol é o maior espetáculo da terra, já que tivemos a oportunidade de nos encontrar no Estádio do Café, no último domingo, na oportunidade em que o Londrina ganhou de três a dois, do seu time, o Roma, da cidade de Apucarana. Mas nós, com certeza, acolhemos até essa solicitação de V. Exa, mesmo porque, como ex-dirigente esportivo,

como ex-presidente de clube, V. Exa. sabe que é extremamente necessária a instalação dessa CPI.

Concedo o aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

**O Sr. Ratinho Júnior (PPS)**

Deputado Barbosa Neto:

Fico feliz em saber que V. Exa. pegou as assinaturas no ano passado, de vários Deputados, inclusive a minha assinatura, com muita honra. Até porque nós sabemos da importância, depois de todos esses escândalos que foram divulgados pela imprensa escrita, falada, do nosso Estado. Entendo que essa CPI que V. Exa. irá presidir, até porque é o autor da abertura dessa CPI, é importante e ela vai além da Federação Paranaense de Futebol. Ela vai também dentro dos clubes. A Federação, se comete algo errado, se há realmente algo que faça errado, ela não faz sozinha, muitas vezes faz parceria com clubes de futebol. Clubes de futebol que muitas vezes usam torcidas laranjas para pressionar procuradores, para pressionar jogadores em renovação de passe, e muitas vezes jogadores que querem ficar o clube, mas que são obrigados a serem vendidos.

Entendo que essa CPI será de suma importância para o nosso Estado, para que o nosso esporte seja valorizado e seja exemplo para o Brasil.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Agradeço o aparte do Deputado Ratinho Júnior e corroboro, também, todas as palavras e aproveitamento para fazer um apelo aos Deputados que porventura tiverem interesse em participar, como membro, como relator, ou mesmo como integrante desta Comissão. Até como Presidente se for o caso, para que possamos, definitivamente, passar o nosso futebol a limpo. A questão da lavagem de dinheiro, que muitas vezes feita por alguns que se imiscuem dentro dos clubes, precisa ser investigada. A fabricação e resultados também, que foi o fato preponderante denunciado por um dirigente de futebol de Ponta Grossa, Deputado Plauto Miró Guimarães, tudo isso precisa ser investigado. Há fitas que comprovam tudo isso. Há testemunhos. Há indiciamento inclusive na Justiça Comum.

Portanto, se o Tribunal de Justiça Desportiva lava as suas mãos, esta Casa não pode se omitir, não pode lavar as mãos, não pode fazer o papel de Pôncio Pilatos. Vamos investigar, sim, de forma profunda e eficaz, e apresentar um relatório que possa ser encaminhado ao Ministério Público.

Agradeço ao aparte dos Deputados e mais uma vez conclamo a todos aqueles que queiram fazer parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que se juntem a nós, para que possamos, com a aquiescência do Presidente desta Casa, fazer uma Comissão que investigue de forma isenta, de forma clara essas denúncias de escândalos no futebol paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Liderança do PFL, Deputado Plauto Miró.

***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem, tivemos uma notícia negativa para a Região dos Campos Gerais, aonde nós vimos o Poder Judiciário cassar a liminar que foi alcançada, pelos proprietários rurais dos Campos Gerais, que têm suas áreas dentro da delimitação das unidades de conservação que estão sendo implantadas naquela região.

Temos diretamente o município de Ponta Grossa envolvido, de Castro, de Carambeí, de Imbituva, de Teixeira Soares, Ipiranga e Palmeira. Só nos Campos Gerais, em torno de setenta mil hectares. É a área que vai ser desapropriada para formação desses parques.

No decorrer do tempo, vimos os proprietários preservar as araucárias existentes naquela região, e por preservarem, estão tendo as suas áreas desapropriadas. Aqueles que derrubaram, venderam o pinheiro, venderam a imbuia, venderam a peroba e todas as madeiras lá existentes para os madeireiros, esses não vão ter prejuízo nenhum, porque não têm com que se incomodar, não tem espaço e área para ser desapropriada.

Mas o que é mais triste, é que em torno de 40% dessa área que está sendo desapropriada, é produtiva. São áreas que produzem soja, erva-mate, milho, que têm reflorestamento de pinus. Nenhum dos proprietários se colocou contra a preservação. Mas, impediram e reivindicaram para que as áreas produtivas ficassem fora dessas unidades de conservação. Um levantamento feito pelos proprietários, pelas entidades representativas, Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, Sociedade Rural, apontou que mais de duzentas famílias serão prejudicadas diretamente por essa desapropriação.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora no mês de março Curitiba vai sediar uma Conferência da ONU, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. Será aqui na Capital do Estado do Paraná. E o Presidente da República vai receber chefes de Estado de vários países, e aqui nessa Conferência ele quer fazer a média. A média com outros países, dizendo que o Brasil preserva. Vejam só que maravilha! No Estado do Paraná mais de 70 mil hectares cobertos pela vegetação de araucária estão sendo criados pelo Governo do Presidente Lula.

Injustiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vejo as famílias de pequenos proprietários, pequenos produtores rurais que tiram sua atividade, seu sustento dessas áreas, vendo as suas áreas sendo englobadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Injustiça. Justiça, sim, seria criar os parques, mas conversar e tirar fora as áreas produtivas da delimitação dessas unidades de conservação.

Vejo o Deputado André Vargas que escutou, debateu, discutiu com os proprietários e tentou interferir junto ao Ministério do Meio Ambiente para que essas áreas ficassem fora dessas unidades. Mas, Brasília não ouviu. Brasília não escutou e dentro de mais algumas semanas, aqui em Curitiba, vamos assistir ao Presidente da República em conjunto com o Governador do Estado do Paraná, cometer uma grande injustiça com proprietários rurais, com produtores que vivem daquele pequeno pedaço de chão, dentro dos Campos Gerais.

Daí pergunto: para onde vão essas mais de duzentas famílias? Será que vão engrossar o cordão desse Movimento dentro do Estado do Paraná? O que vai acontecer com aqueles empregos gerados dentro dessas áreas?

Repito: mais de duzentas famílias prejudicadas de pequenos, médios e grandes proprietários. Injustiça está sendo feita! Não sei não se o Governo do Paraná, se o Presidente da República, se os organizadores dessa Conferência não vão ter uma grande surpresa no dia em que o Presidente aqui estiver. Não sei não se em conjunto com os agricultores do Estado do Paraná, vamos ver uma grande manifestação dos produtores aqui na Capital. Para mostrar para o mundo, para os chefes de Estado que aqui estão, que a coisa não é bem como o Presidente Lula fala. Que essas unidades não são exatamente aquilo que estão divulgando. Que têm pequenos produtores sendo prejudicados, proprietários, sendo prejudicados. Não sei não se eles não terão uma grande surpresa no Dia Mundial do Meio Ambiente, quando o Presidente vai tentar fazer uma média com o mundo inteiro, em cima do sangue da história de proprietários que têm suas áreas dentro dessas unidades de conservação. Que injustiça faz com os Campos Gerais, com nossa Ponta Grossa, com os municípios, que estão sendo prejudicados pela formação dessa unidade.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri.***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Obviamente que venho hoje, no Horário da Liderança do PT, para que possamos, na sequência daquele debate que fizemos ontem com o Deputado Dobrandino, Líder do PMDB, buscar alguns pontos que entendo que devem ser esclarecidos, e acredito que o Deputado Dobrandino também, conforme colocou ontem, alguns pontos que o Deputado aqui talvez, desta tribuna, ou numa outra oportunidade, poderá esclarecer.

Conversei com o Presidente da Itaipu, Jorge Samek, que os Srs. Deputados conhecem, e coloquei a

ele um pouco da situação - inclusive o jornal "Hora H" - eu não quero entrar no mérito, mas me parece que de uma forma absolutamente precipitada colocou numa manchete, Deputado Braddock, no dia de hoje, que há um escândalo na Itaipu, e que trinta e oito milhões de reais foram gastos com publicidade e com a empresa do Duda Mendonça, a Loduca. Acho que houve precipitação porque o jornal foi mal informado.

E é em cima disso que quero fazer esse diálogo com os senhores e com as senhoras. Primeiro, dizendo que a Itaipu, mediante concorrência pública nacional, da qual participaram quinze licitantes, contratou três agências de publicidade, entre elas a Loduca, só que a Loduca, o proprietário da Loduca é o Sr. Celso Loduca e não Duda Mendonça, ou seja, o Duda me parece que passou em outras áreas, mas não nesse caso específico. Diz mais o Presidente da Itaipu: "A Itaipu nunca teve nenhum contrato de publicidade com qualquer das empresas do publicitário Duda Mendonça.

A soma de gastos com publicidade realizados pela Itaipu, do lado brasileiro, entre março de 2004 e fevereiro de 2006, é de um milhão, quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais. Cabe observar que nesse valor estão compreendidos os pagamentos feitos pela Loduca a outras empresas prestadoras de serviço na promoção de eventos internos e externos, e na elaboração de materiais gráficos, panfletos, etc, para distribuição aos setecentos mil filiados", que nós todos sabemos, Deputado Rossoni, que são milhares de pessoas que visitam anualmente a Itaipu, e que têm um material de divulgação feito em português, inglês, espanhol, até porque qualquer empresa seria correto que fizesse, parece-me que Itaipu não foge à regra. Setecentos mil turistas que visitam a Usina Hidrelétrica de Itaipu a cada ano, bem como os participantes de seminários e congressos sobre energia e meio ambiente.

Bom, acho que não seria nem necessário fazermos esse esclarecimento, mas além disso, falava com o Samek, e nós aqui, os senhores sabem que nós tivemos o candidato a Vice-Prefeito em Foz do Iguaçu, que hoje é Deputado Federal, e o Prefeito, numa chapa composta com PT, PDT, Prefeito Paulo MacDonald, seria absolutamente razoável esperarmos que as pessoas ligadas ao Vice-Prefeito, partidariamente fizessem algum tipo de apoio, algum tipo de inserção. E a participação política na eleição do Prefeito de Foz do Iguaçu, Jorge Samek, restringiu-se a uma gravação de TV inserida no horário político de apoio a essa chapa, nem poderia ser diferente.

Então, parece-me que há talvez um equívoco nas declarações feitas nos jornais no dia de ontem. Se não há um equívoco, precisamos fazer a correção, porque certamente essas declarações não contribuem para esse debate, e estou trazendo os números aqui, porque eles são absolutamente distintos daqueles que foram ditos, e é claro que em algum lugar estamos tendo divergência, e espero que no decorrer do tempo possamos esclarecer,

afinal de contas, quais são os valores que estão sendo discutidos. Nós estamos colocando esse documento aqui, e espero que se houver um outro documento que ele possa ser contraposto.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Queria me dirigir ao Deputado Dobrandino, que é Deputado de Foz do Iguaçu, é do PMDB, e eu conheço há muito tempo, conheço o senhor, conheço a sua família e conheço a sua história. A sua história está vinculada à história do MDB, do PMDB. O senhor ajudou a construir a democracia deste país aqui no Estado do Paraná.

O Governador Roberto Requião governa o Estado pela segunda vez. Uma das cidades que sempre teve a maioria dos votos foi Foz do Iguaçu. Conhecemos bem o povo de lá. Confesso que estou entristecido por essa polêmica, que me parece que é oriunda de Foz do Iguaçu. Está tentando ganhar uma conotação política maior, no que diz respeito à administração de Itaipu.

O senhor conhece o Samek. Todos nós o conhecemos. Ele foi da Prefeitura de Curitiba. Foi do PMDB, na época do José Richa. É membro do PT. Foi Vereador por três vezes aqui na Capital do Estado. E toda classe política conhece o Samek e seu jeito de agir.

Fui candidato a Prefeito de Curitiba; Duda Mendonça fez a minha campanha. E, lamentavelmente para mim e para os membros do meu Partido, um escândalo de repercussão nacional eclodiu no ano passado. Do Delúbio Soares confessando que emprestou dinheiro para financiar campanhas eleitorais dos partidos aliados em todo o Brasil. O resto da história todos já conhecemos, porque as CPI's estão aí para investigar.

Confesso que durante o ano inteiro, durante todos os dias da CPI, sempre imaginei que, em algum momento, alguém iria dizer: esse dinheiro foi dado para a campanha do Ângelo Vanhoni lá em Curitiba. Não fico alegre porque isso não aconteceu, porque alguém não foi lá dizer. É que de fato não veio nenhum único centavo para a minha campanha. Se tivesse vindo, podem ter certeza que a CPI já teria desnudado essa relação.

Então, sei como uma pessoa pode se sentir sendo atingida de uma forma desleal. Sei como o Presidente da Itaipu e a administração daquela empresa podem estar se sentindo neste momento.

Deputado Dobrandino, não há nenhum desvio de recursos na Itaipu. Se V. Exa. tem provas, em respeito à tradição que temos em conjunto, PT, PMDB, aqueles que lutam pelas causas sociais, é seu dever, e peço que encerremos esse debate aqui, hoje. É seu dever, apresente isso para o Governo do Estado, para o Ministério Público, para qualquer instituição. Mas, não vamos nos permitir, neste momento, fazer um combate político. Porque hoje, qualquer membro do PT pode ser acusado levemente de estar, de alguma forma, distorcendo recursos públicos

no nosso país, em função da dimensão que teve aquele escândalo.

Um senhor foi lá na CPI e denunciou que a CPI tinha um desfalque: um desvio na ordem de dois bilhões de dólares com contas no exterior...

**(É lhe tirado o som)**

...o ex-Presidente da Itaipu, Euclides Scalco, e o anterior a Euclides Scalco, porque esse senhor estava há muito tempo tentando fazer denúncias e, por questões políticas, foi convocado a depor lá na CPI para tentar denegrir a imagem da administração da Binacional.

Deputado Dobrandino, você me conhece e eu tenho muito apreço por você e pela sua família. Não só eu, mas muitos do meu Partido. Pode ser que lá em Foz do Iguaçu o atrito esteja acontecendo, mas respeito você e tenho admiração pelo seu trabalho, mas não permita que uma questão menor coloque em risco a relação do meu Partido com o seu. Do meu partido com o Governo do Estado e com os interesses maiores do Paraná.

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri e me desculpe por ter me alongado um pouco mais.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Tadeu Veneri, permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Apenas gostaria de pedir a V. Exa. o valor da publicidade de Itaipu.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Vou passar ao senhor a carta que o Jorge Samek nos mandou.

Quero agradecer ao Presidente pelo tempo e pela generosidade que nos deu desse minuto a mais. Voltamos inclusive ao tema, se for o caso. Não nos omitiremos, em nenhum momento.

O que eu acho, Sr. Presidente, apenas para concluir, é que não pode, em absoluto, haver entre nós determinado tipo de afirmações feitas que depois acabam ficando esquecidas, mas colocadas, todos os dias, nos jornais. Essa não é, no meu entendimento, a forma correta de se proceder dentro da política.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Quero fazer um comunicado à Casa que sirva ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual: a Folha de Londrina, de 1996 a 2003, recebeu 52 milhões de reais - dados oficiais do Tribunal de Contas. Ou seja, dezenove milhões e quinhentos mil dólares.

Por favor, a comissão pediu para que ele nos remetesse a vinculação do jornal, que justificasse o recebimento desse dinheiro. Façam isso o quanto antes possível, em nome da moralidade, em nome daqueles que precisam de governo e não aqueles que querem apenas enriquecer às custas do povo do Paraná, e ainda querem ditar regras.



O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, o Deputado Neivo precisa esclarecer de quem é que recebeu esse dinheiro.

V. Exa. está falando que recebeu, mas recebeu de quem?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

A Folha de Londrina recebeu do Governo do Estado do Paraná, de 1996 a 2003, o equivalente a dezenove milhões e quinhentos mil dólares.

Sr. Presidente, inscrevo-me nas Explicações Pessoais.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulta à Liderança do PSDB.

(**Declina**)

Consulta à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu ia usar a tribuna no Horário do Governo, no dia de hoje, para fazer um comentário sobre o trabalho que o nosso Governo vem fazendo no Paraná, sobre o funcionalismo, as obras, assim por diante, mas, em função do discurso do Deputado André Vargas, mudei de posição. Estava aqui de olho para ver se ele permaneceria no plenário, senão não faria o pronunciamento.

Preferi mudar o foco do meu discurso e responder ao Deputado André Vargas. Vou responder de forma racional, como Parlamentar desta Casa. Jamais usaria a tribuna da forma como usou o Deputado: esbravejando, aos gritos. Não é dessa forma que vamos nos entender. Os homens de bem não brigam, eles discutem e se entendem.

Vamos discutir no campo das idéias, de forma que todos possam entender e não levar para o lado emocional, achando V. Exa. que vou me assustar com sua gritaria e mudar de posição. Não é dessa forma que V. Exa. vai me convencer. Quero me reportar ao discurso que, neste momento, meu amigo Deputado Tadeu Veneri, Deputado Ângelo Vanhoni, meu amigo de longa data e que tem deste Deputado uma consideração muito grande, enorme, V. Exa., Deputado Vanhoni, e a maioria dos Deputados do PT desta Casa. E isso tem o nosso conjunto de Deputados da Assembléia. E eu falo agora, não pelo nosso Partido do PMDB, mas eu, Deputado Dobrandino, que moro e vivo há muitos anos em Foz do Iguaçu. E falava o Deputado Vanhoni, com muita propriedade na verdade, da pessoa do Deputado Jorge Samek. Sou amigo inclusive, Deputado Vanhoni, do seu pai. Pai do Samek. Há

muitos anos, quando cheguei em Foz do Iguaçu, nos anos 60, foi uma das primeiras pessoas que conheci. Conheci a sua família, vi crescer o Deputado Samek que é mais novo do que eu. E na verdade, tenho um respeito enorme.

Mas, primeiro, as denúncias, as críticas que faço, já fiz aqui no ano passado, logo após as eleições, esta Casa toda ouviu. Está aqui escrito nos Anais da Casa. Dizia que não entendia, não entendo que, pela primeira vez na história da Itaipu, ela se envolveu em campanha política. Ou não é verdade isso? Tanto é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em Curitiba foi feita a busca e apreensão de um “cara” da Itaipu, na campanha.

Mas, na minha cidade, na minha região houve envolvimento, temos fotografias, temos dados, tem um milhão de testemunhas, envolvimento da empresa. Eu dizia que é muito perigoso isso por ser a Itaipu uma empresa que presta contas, se não me engano, para ninguém. É muito difícil que nós da Assembléia, alguém queira fazer uma CPI na Itaipu. Que arrecada no seu faturamento, imagino, duzentos milhões de dólares por mês. E ela tomar partido.

Pois bem, nobre Deputado Vanhoni, Deputado André Vargas. Já mostrei antes, quem dá essa pecha não sou apenas eu. Deixa para lá.

V. Exa. disse ainda há pouco que o contrato da Itaipu, de 2004 a 2006 foi de um milhão e pouco de reais. Está aqui, papel timbrado da Itaipu Binacional. Um contrato de sete milhões, 150 mil e quinhentos reais. Vejam bem, esse é o contrato original, Deputado Vanhoni. Os aditivos feitos, Presidente Pedro Ivo, isso dentro do ano, o contrato chegou a dezessete milhões, 558 mil, 775 reais. Isso assinado por quem? Sr. Jorge Miguel Samek.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Um aparte, Deputado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu não lhe aparteei ontem e V. Exa., por favor.

Eu diria o seguinte: pode ser que não sejam verdadeiras. Estou denunciando aqui, o que chama a atenção neste contrato. Se isso não é verdade - e tomara que não seja - eles que nos provem.

Então, essas coisas na verdade, de denúncias, primeiro que não falei àquele jornal, não falei de 38 milhões. Eu não falei isso, não falei esses números.

Agora, quando diz que a empresa não é de Duda Mendonça, também não sei se é, isso não importa. Não importa se é do A ou do B. Importa que o contrato foi feito e os recursos são da Itaipu.

Não quero estabelecer, Deputado Ângelo Vanhoni, a quem tenho o maior respeito e conheço há tanto tempo - vou dizer mais uma vez, com o Partido dos Trabalhadores, com V. Exas., uma guerra de nervos ou de denúncias. Quem denuncia quadrilha no Governo não sou apenas eu, é a CPI, em nível nacional, é o ex-Presidente da República. Será que Delúbio Soares, José Dirceu, aquele que estava com dinheiro na cueca, por exemplo, não é quadri-

lha? É nesse governo. Falo com tristeza que votei, que trabalhei e ajudei na eleição do Presidente Lula e, principalmente, a pedido do meu companheiro e amigo, Roberto Requião. Eu também achava, nobres Deputados de Situação e Oposição, que estávamos entrando em uma proposta ética, de moralidade, que desse um “chega pra lá” nos banqueiros internacionais, que viesse ao encontro dos anseios dos aposentados e dos mais pobres.

Faço uma crítica ao Governo, vejo muitas vezes o Presidente da República e seus assessores, Deputados que usam a tribuna, dizendo como se fosse isso um grande feito do Governo, o auxílio de oito milhões de famílias brasileiras para doze milhões, naquele chamado cartão-vale de cesta-básica. Isso nos entristece muito. Queria que o Governo viesse aqui e dissesse: baixamos de oito para quatro, porque eles não precisam mais de ajuda e o Brasil está crescendo. Seria essa política que justificaria o meu voto. Assistir ao Governo continuar aumentando os valores, para essas pessoas, que muitas vezes não têm o que comer?

É nesse campo das idéias, Deputado André Vargas, que precisamos discutir com mais racionalidade. Não gostaria que estivéssemos aqui, discutindo essa situação por que passa o Brasil, conduzida pelo Partido dos Trabalhadores.

Hoje, vou começar com a denúncia que sai de Itaipu, a Prefeitura de Serra Nova do Iguaçu e de Medianeira, duas prefeituras vizinhas, governadas pelo PT. A Prefeitura de Medianeira tem um rombo de um milhão e oitocentos, onde não fecha a sua contabilidade. Esse Prefeito, hoje, trabalha em Itaipu. Vemos a denúncia da Prefeitura de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Queria fazer uma homenagem ao Senador José Agripino, do PFL, do Estado do Rio Grande do Norte, quando foi depor, logo no início, o Ministro Palocci, com denúncias e mais denúncias. Ele disse que não era verdade com convicção. Diz o Senador José Agripino: Ministro, com todo respeito a V. Exa., que é um dos homens mais importantes do Brasil, mas houve aqui delegados, políticos e empresários, todos dizendo que houve roubo, dando os detalhes. Será que só V. Exa. diz que não é verdade? Fica por isso? V. Exa. processou os denunciante. Aí, a autoridade maior do nosso Brasil - com tristeza digo isso - fala que não sabe se existiu mensalão e roubalheira... roubalheira... roubalheira. Não sabe de nada!

Então, fico entristecido e quero dizer aos Deputados do PT, com todo o respeito que temos, que estava na verdade engasgado e eu, Deputado André Vargas, poderia usar dos mesmos expedientes que V. Exa. sempre usou contra o nosso Governador. Constantemente vem à tribuna, aos gritos, criticar o nosso Governador e, no entanto, o Governador vai em Londrina, faz as obras e aí aparece no out door e sobe no palanque junto. O dia que eu falar desse ou daquele Governador, estou dizendo que “não estou nesse barco”.

Então, essa postura ética, porque o nosso patrimônio, o patrimônio do político não é vir à tribuna e falar

aos gritos, falar bastante, usar todo o dia a tribuna - eu pouco faço isso - mas o patrimônio é a ética, é o caráter do político. E é por esse ângulo que venho, na verdade, me pautando em toda minha vida pública.

V. Exa. falou que iria levantar a minha vida em Foz do Iguaçu. A minha vida foi levantada: participei de seis eleições e ganhei as seis, graças a Deus! Então, podem levantar a hora que quiserem, mas eu ainda não parti para esse lado de levantar a vida pessoal de ninguém. Estou denunciando aquilo que é público e quando envolve dinheiro público.

Mas, quero também dizer ao Deputado Vanhoni que nós devemos, sim, preservar a imagem das pessoas que nós conhecemos e eu conheci o Samek por tantos anos, mas na verdade ele hoje está em um Governo do PT que não sei o que houve na conjuntura do Governo, ou talvez aqueles que foram à rua. Tomara que seja! Já puseram para a rua, do Governo, o Deputado José Dirceu, que acho que foi bom para o Brasil, expulsaram o Delúbio Soares, mas que talvez eles induziam que muitas pessoas boas, na verdade, acabaram se perdendo e fazendo coisas que não deviam.

Então, quero dizer também que, de minha parte, não quero estender isso, mas devo dizer que o que mais me irritou no dia de ontem foi a forma que o Deputado André Vargas - isso na verdade não nos surpreendeu, porque vem de há muito tempo isso, mas me irritou a forma que se dirige a nós, porque se eu quiser gritar, também grito sem agredir. Mas, eu, graças a Deus, tenho educação e é o que, na verdade, o cargo cobra de nós.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni, com muito prazer.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Deputado Dobrandino, o senhor é um homem maduro, o senhor tem experiência, o senhor já governou a cidade de Foz do Iguaçu diversas vezes, elegeu-se Deputado Estadual diversas vezes e o senhor conhece a política e o senhor é um homem preparado. Hoje, o senhor não é apenas o Dobrandino, ex-Prefeito de Foz do Iguaçu, mas o senhor é Líder do Governo aqui na Assembleia e, mais ainda, preside um Partido como o PMDB, que tem uma história de luta que se assemelha com o PT, que foi um Partido construído a partir da década de oitenta para cá.

É verdade que tem problemas na nossa administração. O PT não desconhece isso! Tem gente que errou e errou de forma muito grave e o Partido vai pagar um preço por isso. Pessoas foram afastadas do Partido e administradores foram afastados da administração, seja de autarquias, de empresas públicas ou do Governo.

Não se trata de fazermos uma história da administração do PMDB e nem das administrações municipais do PMDB. O que peço ao senhor, porque o senhor sabe que o Tadeu Veneri é um homem correto, preza para que a cultura política nesta País seja baseada pela transparência, pela impessoalidade e pela honestidade; o senhor

sabe que a Elza, do seu Partido, também comunga com essa mesma visão, o senhor sabe que eu do PT também tenho essa visão, o senhor sabe que milhares de petistas têm essa visão, homens, mulheres, que estão nos sindicatos, nas associações de moradores, sofrendo as dificuldades de um país dividido pela exclusão social de milhares de pessoas.

O senhor sabe o valor da nossa luta, porque é uma luta que em muitos momentos se confunde com a sua luta.

Então, neste momento de dificuldade, eu sei do imbróglio político que pode estar acontecendo na região de Foz do Iguaçu. Mas, o senhor conhece o administrador Jorge Samek, o senhor sabe que na administração da Itaipu se tiver um caso, grave - não adianta vir dizer, Dobrandino, que um milhão de reais passou para cinco, a lei permite, foi feito, o trabalho está sendo feito - se o senhor tiver um caso grave e concreto de que a administração de Itaipu malversou um dinheiro público, fique tranqüilo, não precisa entrar em briga com o Presidente do nosso Partido - André Vargas - que às vezes é mais nervoso. Fique tranqüilo, traga essa denúncia com tranqüilidade que nós vamos encaminhar ao Ministério Público.

Agora, pelo amor de Deus, e pelo respeito que eu tenho pela sua história, não transforme algo que é de uma dissidência, de um problema local, em um problema estadual que não tem nada a ver com a administração e com as pessoas que estão governando essa empresa.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Deputado Vanhoni, o caso não é um caso local, é um caso nacional. A Itaipu é uma empresa nacional e internacional, inclusive.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Então, o senhor diga claro para todos nós aqui, você quer, na realidade, fazer um combate ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está assegurada a palavra ao Deputado Dobrandino.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Eu diria o seguinte, Deputado Vanhoni, pode até não ser ilegal, mas tem muita coisa imoral e vou dizer para V. Exa. Deputado Vanhoni, peço sua atenção por um segundo. V. Exa. me diga o seguinte: quantos contratos o senhor quer que eu traga aqui nesta Casa?

**O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Deputado, onde está o disquete que o senhor falou ontem que iria apresentar hoje?

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Eu não cedi a palavra, gostaria que me assegurasse a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Solicito que o som só se mantenha da tribuna para que o Deputado Dobrandino conclua.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Eu diria o seguinte, nobre Deputado desta Casa: o PT chegou ao Brasil no susto, no grito, todo mundo era bandido só ele era o mocinho. Agora, mostrou a face. Então desculpe-me, eu não queria levar para esse lado. Pode até ser legal, mas é imoral o que estão fazendo lá. Trago aqui centenas de cópias de contratos feitos com entidades, prefeituras. Primeiro, a Itaipu que era a Itaipu Produção de Energia passou para Itaipu Produção de Energia e Assistência Social.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não é mais necessário, mas eu acho que a Mesa tem que ser firme, porque virou...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

A Mesa foi firme, Deputada Elza Correia, no seu posicionamento.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Não foi, porque não conseguiu segurar.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Deputado Pedro Ivo, eu gostaria de pedir a V. Exa. o horário do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Valdir Rossoni, o horário do PSDB já passou, tanto é que foi chamado, o PMDB foi posterior ao PSDB.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Mas, V. Exa. deve observar, eu estava ávido aqui para ouvir as palavras do Deputado Dobrandino e passou despercebido o PSDB que é junto com o PMDB. Eu gostaria que V. Exa. me concedesse o horário do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Se eu ceder ao PSDB, nós temos o PPS que não utilizou e outros partidos que têm o mesmo direito.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PMDB)**

Mas, sempre na Casa o horário do partido não é a ordem que vai alterar, sempre foi conseguido aos partidos. Deputado Pedro Ivo, V. Exa. tem dirigido com maestria isso aqui, e eu acredito que V. Exa. vai compreender...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas V. Exa. poderá usar a Liderança da Oposição por dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Abro mão, porque eu já tinha cedido ao Deputado André Vargas anteriormente. Estava aguardando o horário do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá ceder um aparte, mas não é permitido... Exatamente. V. Exa. tem todo direito, porque horário da Oposição é possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está com tanta vontade que eu não fale, que não quer nem que o André fale.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário das lideranças dos partidos não é possível, mas na Liderança da Oposição é possível. Sr. André Vargas, V. Exa. tem dez minutos.

### ***Liderança da Oposição: Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Dobrandino tentando personificar aquilo que ele fez enquanto ataque generalizado ao PT, seja num veículo de comunicação, seja ontem quando o Deputado Tadeu Veneri falava. O Deputado Tadeu Veneri falava, naquela momento fiquei próximo ao Deputado Scarpellini, lá no fundo, para ver se o Deputado Dobrandino confirmava o que repetiu para a imprensa, que o PT era uma quadrilha. E aí eu o desafiei a apresentar provas de alguma irregularidade da Itaipu. E ele nos atacou e eu lhe disse que não era porque o seu filho, na administração do PMDB, praticava em Foz do Iguaçu o lixo mas caro do Brasil, 24 milhões de reais por ano, e agora a atual administração pela metade faz o mesmo serviço, que eu iria chamar ele e sua família de uma quadrilha. Não era por isso. Tem investigação lá, tem CPI.

Não era porque tem denúncias e CPI's aos montes lá em Foz do Iguaçu com relação às questões funerárias, outras questões todas, que eu vou lhe chamar de quadrilheiro. Não é por isso. Veja, e assim eu falei, desafiei para que ele viesse a público. Se eu alterei a voz, isso não deve tê-lo incomodado tanto ao ponto de V. Exa. ocupar aquela tribuna e não falar de nenhuma irregularidade em Itaipu. Desafiei, V. Exa. ocupou, fez denúncias generalizadas contra o PT, contra campanhas do PT, dirigentes do PT. Mas com relação à Itaipu, onde estaria, portanto, a irregularidade que o Deputado Dobrandino aponta? No contrato de publicidade? Teria Itaipu gasto 7 milhões e quase 8 num ano? Quanto gastou a Copel, que também é monopólio e não disputa mercado?

Desafio então, desafio novamente a trazer, Deputado Rossoni e Deputado Dobrandino, os contratos da Copel e os contratos de Itaipu. Aliás, os contratos de publicidade, como é que são praticados aqui e acolá? Se quiser discutir prefeituras também vamos comparar o contrato de publicidade lá da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Mas, como somos deputados estaduais e vereadores, têm que investigar lá o peso do lixo, se a carga sobre o povo de Foz do Iguaçu estava muito pesada, foi tirado um pouco de peso das costas do povo. Isso é Vereador que tem que investigar. O Ministério Público já investiga. Não sou eu que vou dizer que havia desvio de dinheiro público. Gastavam 24 por ano, gasta 12 agora. Isto é uma investigação que tem que dizer a origem, talvez a metodologia.

Mas, voltemos então à questão da publicidade, que é este o foco da eventual irregularidade. Tragamos para cá os contratos e os documentos das veiculações. O que o Deputado Tadeu Veneri disse é que, com relação à Loduca, que V. Exa., confundiu com Duda Mendonça, como confundiu com quase tudo que disse com relação à Itaipu. Não importa quem seja, também acho que não importa. Gastou hum milhão e gastou outros tantos com outras duas agências de publicidade. Uma é a JL Comunicação e a outra... queremos trazer, aqui, oficialmente. Mas onde está a irregularidade de uma empresa como Itaipu gastar 7 ou 17 com comunicação? Onde está, se o Governo do Estado gasta mais de 100 milhões no ano? Se a Copel gasta lá sabe quanto? E vamos ver quanto que gasta mesmo. Quanto gasta o Detran? O próprio Governo veio aqui, a título de moralidade disse que agradecia à Assembléia por ter restringido as verbas da Comunicação. Eu acho que deve agradecer mesmo, porque fizemos uma restrição para o ano eleitoral, para ter sobriedade e não os gastos que teve o ano passado.

Ao final, Deputado Dobrandino, quero dizer que o ônus da prova de qualquer irregularidade compete a quem acusa. V. Exa. não trouxe nenhuma acusação, muito menos nenhuma prova. Volto a dizer: desafio a que tragamos para cá esses contratos, mas vamos comparar, vamos trabalhar, com sobriedade, Deputado Dobrandino. Vamos acompanhar também as investigações do lixo mais caro do planeta, lá de Foz do Iguaçu.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Hoje, abrindo o período legislativo, pela primeira vez na tribuna, esperamos fazer um pronunciamento totalmente diferente, inclusive fazendo em cima do pronunciamento do Governador, na abertura dos trabalhos. Mas, acredito que o momento, Deputado Dobrandino, como Líder da Oposição, gostaria de pedir a V. Exa. que não sei qual é o remédio, porque todo mundo tem solução para o problema dos outros, mas nunca têm solução para o seu problema. Mas, eu quero dizer a V. Exa. que essas situação do Governador Requião, agredindo a Gazeta do

Povo, todas as terças-feiras, é algo deprimente para a população do Paraná.

Não é possível que um governante aja dessa maneira com a imprensa do Paraná. Por esta razão mudei totalmente o meu pronunciamento para fazer um pedido a V. Exa., para que o Governador respeite a imprensa do Paraná. Não é por causa de uma manchete verdadeira. Não é por culpa desse Governo, é culpa de muitos governos, que não investiram em saneamento no litoral, de que a Gazeta do Povo mereça essas críticas. Há algo mais deprimente para a educação do Paraná ver o seu Secretário lavando a calçada na frente da Gazeta.

Quem tem que dar exemplos aos nossos estudantes, aos nossos jovens, são os nossos governantes.

Deputado Scarpellini, o seu filho se espelha em quem? Espelha-se no Governador, espelha-se no Secretário da Educação, no professor, no diretor da escola. Que exemplo estamos dando para os nossos jovens e para a nossa sociedade? Essa é a pergunta que faço para os Parlamentares do Paraná.

Nós, que somos um poder independente, vamos ouvir calados? Desculpe-me! O Governador está perdendo a razão e o sentido. O Governador teve a coragem de vir àquela tribuna e no momento, poderia fazer o mesmo, Deputado Scarpellini. Está lá a imprensa entrevistando o Deputado Dobrandino. está falando baixinho, nem por isso estou chamando a atenção da imprensa.

O Governador, daquela tribuna, não chamou a atenção de imprensa, ele chamou a atenção do Presidente da Assembléia. Pedindo para o Presidente da Assembléia tomar uma atitude com quem estava cochichando. Isto é um absurdo! Se um dia eu for recebido pelo Governador do Paraná e a imprensa estiver fazendo barulho, atrapalhando a nossa conversa, não serei eu, quem está sendo recebido, recepcionado, que vou pedir a quem manda, que tome atitude. Lá no Palácio, como Executivo, como governante, ele toma as medidas que achar correto, mas aqui, nesta Casa, nós somos soberanos. Nós não podemos permanecer calados, num momento crítico da política paranaense. Num momento em que queremos calar a imprensa do Paraná. Num momento em que queremos calar os cochichos importantes da nossa imprensa, num momento em que o Governador fazia o seu pronunciamento e que nós poderíamos pegar aqui item por item e contestar. E nós estamos aqui calados como Poder. Está avizinando a eleição de Governador, e aí fico me perguntando, o que será do Paraná se reeleito for? Se às vésperas de uma eleição se torna um ditador, depois da eleição for vencedor o que será do Paraná?

Muito obrigado!

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 115/2005, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, que inclui o artigo 226-A na Constituição do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado André Vargas, para compor a Comissão Especial que irá analisar a indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 136, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na sessão do dia 22 do corrente mês, pois estará presente na Reunião do Conselho de Interação Universidade/Sociedade na Reitoria da Universidade Estadual de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 141, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se desta Casa de Leis no dia 22 do corrente mês, para participar da inauguração da nova sede da Cooperativa de Artesãos do município de Guaraqueçaba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 1ª Discussão

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Associação Cristã Filadélfia, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2005, de 18/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 300/2005

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Filadélfia, com sede e foro no município de Cianorte, Estado do Paraná.

#### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/2005, de autoria do Deputado Ademi Bier, autorizando a estadualização de via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho asfáltico que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2005, de 12/09/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 544/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, autoriza a estadualização de via asfáltica, que liga a BR-277, de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, que liga os municípios de Céu Azul e São Pedro do Iguaçu.

Em sua justificativa o nobre Deputado relata o quadro precário que se encontra tal rodovia, inviabilizando o acesso da comunidade local à BR-277.

Trata-se de antiga reivindicação dos municípios do Oeste paranaense que têm dificuldades de transporte. O presente projeto autorizatório é constitucional, pois dispõe a Constituição Estadual.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

Quanto ao aumento de despesas, todo projeto de lei deve trazer em seu texto a fonte de recursos, as despesas e as possibilidades orçamentárias para a sua normal tramitação e para atender às disposições da LC 101/2000.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, que em seu artigo 9º trata da cláusula de revogação.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 544/2005

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a via asfáltica, que liga a BR-277, de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, no trecho que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos orçamentários para a execução da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autorizando o Poder Executivo Estadual a incluir a rapadura na merenda da rede escolar estadual paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2005, de 05/10/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 618/2005

P A R E C E R :

**Do projeto**

De iniciativa do Deputado Luiz Accorsi, o Projeto de Lei nº 618/2005, visa autorizar o Poder Executivo a incluir na merenda escolar a rapadura de cana. Em sua justificativa o autor afirma:

*No entanto, o mérito maior da aplicação da lei é a exaltação do valor nutricional da rapadura... cada 100 gramas tem 312 calorias ou seja 200 gramas equivalem em energia a um prato de talharim de ricota. A rapadura contém sacarose, frutose, glicose, potássio, cálcio, magnésio, fósforo, sódio, ferro, manganês, zinco, flúor, cobre, vitaminas A, B, C, D, E, PP e proteínas.*

Diz ainda: *Entendemos que esta nossa proposição merecerá apoio do Governo do Estado para sua implantação, pois além de melhorar a alimentação das crianças das nossas escolas, promoverá a multiplicação de pequenas indústrias de rapaduras e como consequência dessa nova atividade fabril, a absorção de mão-de-obra... contribuindo ainda para fixação do homem na sua região de origem, no campo, principalmente.*

**Da legalidade e constitucionalidade**

O Projeto de Lei nº 618/2005, por sua característica, inscreve-se entre aqueles do artigo 65 da Constituição Estadual. A importância da matéria e sua forma peculiar de apresentação se enquadram nos dispositivos legais e constitucionais regentes.

**Do voto**

Voto favorável à sua tramitação e aprovação.

Sala das Comissões, em 22.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 618/2005

P A R E C E R :

A proposição sob análise visa autorizar o Poder Executivo Estadual, a incluir a rapadura na merenda escolar da rede estadual de ensino.

Ressalvamos tão somente que a inclusão de qualquer alimento na merenda escolar deve ser precedida da avaliação técnica dos nutricionistas do departamento competente, para tratar de assuntos relacionados à merenda escolar.

Considerando que o projeto é autorizativo, caberá à autoridade competente analisar a conveniência e oportunidade de sua implementação.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à

competência desta Comissão, reservando-nos o direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 05.12.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Cleide Maria Zamprônio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/2005, de 07/11/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 677/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Cleide Maria Zamprônio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã-PR.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Porto dos Santos, com sede e foro em Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2005, de 07/11/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 690/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Porto dos Santos, com sede e foro no município de Ubiratã-PR.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar João Bolonha o viaduto saída para Mandaguari, município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 712/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a denominar João Bolonha, o viaduto saída para Mandaguari, município de Marialva.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

Além disso, o trecho em questão não possui denominação conforme informação da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98. Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite do Alto Ribeira - APL, com sede em Adrianópolis e foro em Bocaiúva do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 717/2005

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite do Alto Ribeira - APL, com sede em Adrianópolis e foro em Bocaiúva do Sul.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 770/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declarando de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa de Curitiba - ADCC, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2005, de 06/12/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 770/2005

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declara de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa de Curitiba - ADCC, com sede e foro no município de Curitiba

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 143, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.**



**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dado a urgência do assunto, porque a reunião é dia 23, portanto depois de amanhã, gostaria de pedir a colaboração dos Srs. Deputados, das Lideranças que estão aqui ainda no plenário, para que pudéssemos hoje, Sr. Presidente, se aprovado for esse requerimento, ser designada essa comissão, que acredito, possa ir nessa reunião da Agência Nacional do Transporte Terrestre, que vai ser realizada no auditório Caio Amaral Griber, na Avenida Comendador Franco, 1341, no Jardim Botânico, depois de amanhã, das 10 às 13 e das 15 às 18 horas.

Entendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o pedágio que vai penalizar os usuários da Estrada da Graciosa, assim como os pedágios que vão penalizar o Sul do Brasil, precisam passar por uma ampla discussão dos usuários e das pessoas que habitam essa parte do Planeta, porque vão ser esses seres vivos que aqui estão que vão pagar o pedágio. E a Agência Nacional do Transporte Terrestre marca uma audiência para discutir matéria de tamanha importância e a faz de maneira secreta, praticamente sem divulgação, sem convites a esta Casa, às Câmaras de Vereadores dos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Curitiba. Uma reunião de privatização da principal rodovia federal que corta o Estado do Paraná.

Gostaríamos, Deputados da Bancada do Governo, de ver lá o Secretário dos Transportes do Paraná, o Governador do Estado. Ou será que o Governador é contra o pedágio só no debate da televisão? Será que ele é contra o pedágio só em épocas de campanhas eleitorais?

O silêncio do Governo do Paraná está irritando este Estado com relação a isso. Queremos ver a presença de quem realmente está no comando deste Governo. Que vá lá discutir com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que está vindo aqui, de forma silenciosa, para obstruir a nossa passagem com destino ao litoral sem pedágio.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta comissão precisa ser constituída de imediato, para que possamos saber os critérios dessa audiência pública. Quem é que dela vai participar e como é que serão encaminhadas as questões com relação a essa privatização.

Ora, estamos vendo aí as praças de pedágio tendo seus preços majorados de acordo com a vontade das concessionárias.

Estamos vendo os pedágios se alastrando por todo o Brasil. Não que as rodovias não mereçam ser privatizadas, mas tem que passar por um processo amplo de discussão, de debates, para que possamos ter clareza no que está ocorrendo. E não ser a determinação de um técnico que venha em nome do Ministério do Governo Federal e trace um projeto para que os viventes dessa parte do pla-

neta possam arcar com o peso e preço desse projeto. São essas as nossas considerações.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

**O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do Vice-Prefeito de Entre Rios do Oeste, dos seus Vereadores e Secretários.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara de Quedas do Iguaçu, dos Vereadores Melo e Osni.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa dá as boas-vindas e registra a presença de V. Exas.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Só para registrar que no requerimento do Deputado Barbosa Neto, também é autor o Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Mas o Riquelme de Macedo não está respondendo pelo Ministério Público. É preciso verificar quem está respondendo hoje, a fim de que esta Casa não passe despercebida nesse assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Agradeço ao Deputado Neivo Berardin e esclareço ao Deputado Jocelito que V. Exa. estava se referindo ao requerimento do Deputado Jocelito Canto e Plauto Miró.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Só queria registrar, Sr. Presidente, que a Folha de Londrina tem feito o acompanhamento das Sessões, da presença dos Deputados, e tem dois quadros que ela acompanha: a presença dos Deputados na Sessão e a presença dos Deputados na votação.

Queria registrar que, neste momento, no final da Sessão, estão presentes cerca de meia dúzia de Deputados e era importante destacar isso para que depois sejam corretamente feitas as anotações, para que lá na base não digam que não estávamos aqui.

Só isso, Sr. Presidente.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Requeiro a suspensão da Sessão por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá pedir a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Peço verificação de votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, ainda Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Ontem encaminhei verbalmente à Mesa, para que tornasse público, todo final de mês, a presença de cada Parlamentar, como forma de certidão fornecida pela Casa.

Queria saber de V. Exa. se obteve conversa com a Mesa Diretora nesse sentido ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A Mesa está tomando as providências das anotações dos Deputados que não estão fazendo parte desta Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Isso eu sei, mas eu quero saber se a Mesa vai disponibilizar na internet a presença e ausência daqueles que fazem parte deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A Mesa vai tomar as medidas cabíveis, Deputado Neivo Berardin.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Daria uma sugestão, Sr. Presidente: para evitar esse “quem veio, quem não veio”, para não favorecer quem deixa de vir e quem vem diariamente a esta Casa; e para que não haja, depois, conotações mal feitas pela imprensa, eu sugeriria um velho e antigo regime que poderia ser feito nesta Casa: quem sabe um livro-ponto na entrada, com os Deputados assinando.

Pronto, acaba com o problema! Simples de resolver!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Questão de Ordem, Deputado Jocelito.

Solicito ao Deputado Padre Paulo Campos para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vinte Srs. Deputados presentes.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar 100% da Bancada do PFL, presente. Deputado Nelson Justus, Deputado Durval Amaral, Deputado Plauto Miró e Elio Rusch. Quatro Deputados do PFL, e os quatro estão presentes.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Queria também registrar a presença do meu companheiro, colega de Partido e também do Bloco, Deputado Duílio, Deputado Reni Pereira e também agradecer a presença neste plenário, do Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, João Alves Corrêa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para que não fiquem dúvidas, no momento em que se votava a Ordem do Dia havia quórum suficiente. Não há agora que está se votando os requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria, Sr. Presidente, fazer um registro aqui. A imprensa tem feito diariamente um acompanhamento dos nossos trabalhos e tem colocado as faltas dos Deputados.

Queria registrar que também neste horário, a Sessão não acabou e estão faltando vários membros da imprensa que já foram embora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Requerimento nº 145, de autoria dos Srs. Deputados Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 124, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 126 e 160, de autoria do Sr. Deputado Neivo Berardin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 129 e 130, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 131, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 137, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 138, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 139, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 140 e 142, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 146 e 156, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 157, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, com apoio dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 158 e 159, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria das Sras. Deputadas Arlete Caramês, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 163, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 164, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Temos dois inscritos em Explicações Pessoais. Consulta o Deputado Neivo Beraldin, que declina, e o Deputado José Domingos Scarpellini que não está presente.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300, 544, 618, 677, 690, 712, 717 e 770/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 195/2004, 632, 676, 691 e 716/2005.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Diretoria de Apoio Técnico - Termo Aditivo de Contrato***

##### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

##### **1º Termo de Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Fotográficos**

Pelo presente instrumento, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salette s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pelo Diretor Geral Doutor Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a Empresa Ticolor Vídeo Foto Som Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 77.986.321/0001-31, neste ato representada pelo sócio gerente o Sr. Manoel Elísio Linhares localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 502/506, nesta cidade, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento sob nº 5557/2005, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas seguintes:

##### **Cláusula Primeira:**

Do prazo contratual - O presente Contrato de Prestação de Serviços ora aditado fica prorrogado pelo período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

##### **Cláusula Segunda:**

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro - nº 3390.3900.

##### **Cláusula Terceira:**

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do Contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 03 de janeiro de 2006.

(aa) CONTRATANTE  
CONTRATADA